

VALMIR JOSÉ OLEIAS

**O LAZER NO ATERRO DA BAÍA SUL EM FLORIANÓPOLIS:
O ABANDONO DE UM GRANDE PROJETO**

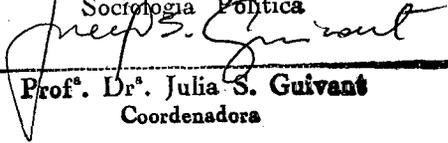
**FLORIANÓPOLIS
1994**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O LAZER NO ATERRO DA BAÍA SUL EM FLORIANÓPOLIS:
 O ABANDONO DE UM GRANDE PROJETO**

Valmir José Oleias

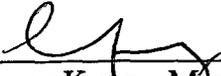
Dissertação apresentada como requisito
 parcial à obtenção do grau de mestre no
 Programa de Pós-Graduação em
 Sociologia Política na Universidade
 Federal de Santa Catarina.

Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em
 Sociologia Política

 Prof.ª. Dr.ª. Julia S. Guivant
 Coordenadora

Membros da Banca Examinadora:


 Prof.ª Dr.ª Tamara Benakouche - Orientadora


 Prof.º Dr. Erni José Seibel - Membro Titular


 Prof.º Dr. Elenor Kunz - Membro Titular

Florianópolis, setembro de 1994.

AGRADECIMENTOS

À orientadora e coordenadora do curso Prof^a Dr^a Tamara Benakouche pela compreensão e auxílio na elaboração deste.

Aos meus queridos pais José e Agostina Oléias pelo incentivo.

Aos funcionários da UFSC Albertina, Fátima, Paulo Ricardo e Luis Pereira pelas contribuições.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Cleider (*in memoriam*), Licério e Lauro. Aos amigos Raimundo, Roberto, Marta, Sônia, Santiago e Nelinho. Aos professores da UFSC Ary Minella (PPGSP) e Maria Helena Almança (DLLE).

Finalmente agradeço ao CNPq e a CAPES pelo auxílio financeiro concedido.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
1 - INTRODUÇÃO.....	01
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	01
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.3 METODOLOGIA.....	11
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 O LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	12
2.1.1 Desenvolvimento Tecnológico: ampliação do tempo livre?.....	12
2.1.2 Alguns Conceitos de Lazer.....	22
2.1.3 Que Tipos de Atividade de Lazer?.....	32
2.2 LAZER: FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO?.....	34
2.2.1 A Incumbência do Estado.....	35
2.2.2 O Estado e as Políticas Públicas de Lazer.....	38
2.2.3 A Definição dos Espaços Públicos para a Prática do Lazer.....	42
3 - O PROJETO DO ATERRO DA BAÍA SUL.....	45
3.1 A Idealização e seus Atores.....	46
3.2 Os Objetivos.....	56
3.3 O Discurso Desenvolvimentista e Modernizante.....	63
4 - IMPASSES NA IMPLANTAÇÃO DO ATERRO.....	69
4.1 As Decisões Políticas.....	70
4.2 A Venda.....	74
4.3 A Saída Política.....	79
4.4 O Tombamento.....	83
5 - CONCLUSÃO.....	86
6 - BIBLIOGRAFIA.....	90
7 - ANEXOS.....	94

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a construção do Aterro da Baía Sul em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, numa perspectiva de ocupação do local para o desenvolvimento de atividades de lazer.

A obra construída há 20 anos frustrou a expectativa tanto da população quanto dos governantes, pois em seu espaço físico destinado ao lazer prevalece o abandono e o desuso. O que explica esta situação?

Procurando responder esta questão, tornou-se necessária a recuperação da memória da obra, destacando quem esteve envolvido no processo, as decisões políticas tomadas e suas repercussões sociais.

Além desta abordagem específica, procuramos nos dois primeiros capítulos apresentar como o lazer é compreendido na sociedade contemporânea e qual a influência que o Estado exerce em seu desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper aims to look upon the construction of a feeling up space called "Baia Sul" in Florianopolis, State of Santa Catarina as well as a proposal for a further occupation of the place to build in a leisure area.

The area constructed some 20 years ago frustrated the population as well as the government's expectation since the physical space destined to leisure has not been used and is totally abandoned. How could we explain this situation?

When we try to answer the question the first thing to be done was to revive the place's memory, emphasizing who had been implicated in the process, the political decisions as well as any social repercussion upon it.

Beside the specific approach, it was our objective to clarify the idea of leisure, how it is seen by this same society, as well as the influences of state upon its development.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

No início dos anos 70, mais precisamente entre 1972 a 1974, a construção do Aterro da Baía Sul em Florianópolis representou a conquista de um novo espaço físico de 600 mil metros quadrados em plena área central. A perspectiva de ocupação do local era vista com grande otimismo pelos governantes que procuravam repassar essa idéia à sociedade catarinense.

A implantação do Aterro dependia das ações governamentais voltadas para a concretização dos objetivos inicialmente propostos. Seus objetivos estavam calcados basicamente em 4 (quatro) eixos fundamentais:

a) aumento do espaço físico na área central para que houvesse diminuição do tráfego e conseqüentemente do congestionamento do centro da cidade, servindo também para alocar a base de sustentação da parte insular da atual Ponte Colombo Machado Salles;

b) ampliação do comércio da cidade, para atender os interesses da iniciativa privada e usuários;

c) criação de um espaço capaz de abrigar a estrutura material da sede do Governo do Estado de Santa Catarina, servindo como centro político/administrativo e

auxiliando na consolidação de Florianópolis como a capital do Estado de Santa Catarina;

d) vencida a fase de urbanização, suas instalações poderiam cumprir o papel de se constituir num centro de convívio entre os munícipes, servindo como um importante centro de lazer para Florianópolis.

Dois momentos foram decisivos na política de ocupação do Aterro: em 1974, quando houve a tentativa de venda pelo Governador Colombo Machado Salles de 25% de sua área à iniciativa privada; e em 1978, oportunidade em que foi tombado pela Assembléia Legislativa, a pedido do Governador Antônio Carlos Konder Reis.

O tombamento e seus desdobramentos provocaram uma nova dinâmica de ocupação. As únicas construções autorizadas seriam as que permitiam o desenvolvimento da cultura e do lazer, além de terminais de transportes.

Assim sendo, dentro da perspectiva de criação de um "centro de lazer", para atender a demanda de variadas atividades culturais, recreativas e esportivas, no final da década de 70, foram construídas 8 quadras de esportes, para a prática sobretudo de voleibol, futebol de salão, basquetebol, tênis de campo e futebol de areia. Nesta perspectiva de ocupação, entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, o Aterro foi bastante procurado pela população.

É importante frisar que desde a sua construção até 1993, oportunidade em que foi repassado à Prefeitura, o espaço físico foi administrado pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que não se revelou capaz de elaborar uma política adequada de ocupação e uso para o mesmo, especialmente no que se refere ao lazer. Atualmente,

a estrutura material destinada a esse fim encontra-se em completo abandono. Diante de tal fato pergunta-se: o que explica esta situação?

Para comprovação inicial de que o Aterro está realmente abandonado baseamos-nos em quatro fontes de pesquisa: a imprensa; um antigo conhecedor do local; uma avaliação feita conjuntamente entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e Governo do Estado de Santa Catarina; e declarações de um diretor do DER-SC.

Num primeiro momento cabe-nos apresentar, a título de informação, uma matéria jornalística local¹ que retrata com precisão o grave abandono a que está submetido o seu espaço físico em termos de lazer:

"Não é apenas a falta de espaço que reduz as áreas públicas de diversão de Florianópolis. É muito mais o total descaso com o que já existe. O aterro da Baía Sul, que poderia ser um complexo de lazer, está jogado às traças. Os equipamentos, quadras esportivas e jardins que foram instalados na sua construção, em 1978, estão destruídos. O local é habitado por menores de rua, papeleiros e suas sucatas de papel, varais improvisados, carros estacionados, mendigos, lixo, lama e ratos."

Num segundo momento, buscamos o posicionamento do senhor Manoel Tibúrcio Salvador, 73 anos, que permanece no espaço destinado ao lazer vendendo lanches e bebidas em seu quiosque, desde a sua fundação do Aterro. Ao ser indagado sobre o problema do abandono, responde:

"O Aterro está abandonado. Quando o Papa (João Paulo II) veio, foram retiradas todas as grades de proteção das quadras, depois não foram mais colocadas. Ninguém mais joga nas quadras porque elas não oferecem

¹ PERBONI, J. "Falta de Opções Restringe Lazer." Diário Catarinense, (05-05-94).

condições. Os governantes nunca desenvolveram atividades de lazer, eu é que marcava as quadras para o pessoal jogar. Chegou um tempo, início dos anos 80, que isso aqui era muito usado, mas aos poucos foi reduzindo e hoje praticamente ninguém aparece por aqui." ²

A avaliação da Prefeitura Municipal de Florianópolis conjuntamente com o Governo do Estado de Santa Catarina, foi elaborada em função da elaboração de uma proposta preliminar para o "Projeto Museu do Mar de Florianópolis - Núcleo Histórico e Biologia Marinha".

O projeto assegura que a proposta de instalação do "Aquário Municipal" deverá ser fundamentada em diretrizes gerais norteadoras da revisão da urbanização da área do Aterro como um todo. Dentre as diretrizes a serem aplicadas existe o respeito de alguns princípios³. Estes princípios dão conta que há um nítido interesse dos governantes, pelo menos no projeto, no sentido de reforçar a permanência do espaço destinado ao lazer:

"A concepção do Parque Metropolitano no Aterro da Baía Sul tem recebido, desde a sua execução, inúmeras críticas relativas à sua falta de atratividade, à aridez, à ausência de segurança. Estas deficiências impedem que esta área venha a ser adotada pela população de Florianópolis e pelos que a visitam, como sendo a grande área de lazer próxima ao centro da cidade. Inúmeras também são as referências às perdas advindas deste aterro: o rompimento da relação da cidade com o mar; a demolição do Miramar; o desaparecimento da Ilha do Carvão. Por outro lado, este grande espaço contíguo à Área Central tem sido freqüentemente apontado como local disponível para a implantação dos mais diversos equipamentos, alguns até já executados." ¹

² Entrevista que nos foi concedida em 23/07/94.

³ Os princípios destacados no projeto são: "1) - A caracterização da área do Aterro como espaço destinado prioritariamente ao lazer, com possibilidade de suportar alguns equipamentos que reforcem e que assegurem a manutenção deste uso; 2) - A garantia de assegurar o espaço com características básicas de área verde evitando o adensamento de edificações; 3) - A retomada da relação da cidade com o mar."

É importante destacar que o poder público municipal e estadual, nesta avaliação citada, também levantou os problemas causados com a construção do aterro, dentre eles o rompimento da relação entre a cidade e o mar, demolição do miramar e o desaparecimento da Ilha do Carvão. Entretanto, não é apenas a falta de segurança e atratividade que impedem que haja uma boa ocupação.

Os atuais governantes, justificam este e mais uma série de projetos como o que prevê a construção de um Centro de Convenções, sob o argumento de há necessidade de uma intervenção mais abrangente em parte da área do Aterro da Baía Sul, tornando-o mais humanizado.

Por fim, como quarta fonte, buscamos a declaração formal, via ofício, do atual Diretor Geral do DER-SC ao Professor Sérgio Grando:

"Senhor Prefeito: Está em curso na Secretaria do Estado da Justiça e Administração o processo de transferência patrimonial do Aterro da Baía Sul, do Governo do Estado para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme entendimentos que vinham sendo mantidos com a Administração Municipal anterior. Até esta data, os serviços de manutenção do Aterro - área de 432.980,21 metros quadrados vinham sendo executados pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SC. As circunstâncias atuais já não permitem que o DER-SC continue a executar, com qualidade, os serviços de conservação da área. Junto com as dificuldades financeiras, o órgão ressentiu-se de uma estrutura específica para realizar serviços eminentemente urbanos: não dispõe de equipamentos adequados para a execução de tais serviços e o quadro de pessoal, sobretudo nessa área operacional, é diminuído - face à saída de servidores, incentivados pelo Programa de Demissão Incentivada. Observo que a CONCAP já vem executando parte desses serviços de conservação especificamente na área que via do Terminal Rodoviário Rita Maria em direção à Baía Norte. Tratando-se de serviços a serem realizados na área urbana da cidade, a Prefeitura Municipal tem melhores condições de assumir a execução desses serviços em

toda a área do Aterro, posto que dispõe inclusive de órgão capacitado para tanto. Considerando esses aspectos e o processo de transferência patrimonial em andamento, comunico a V. Exa. que, a contar desta data, o DER-SC está suspendendo os trabalhos de limpeza e conservação do Aterro da Baía Sul, transferindo esses encargos à Prefeitura Municipal de Florianópolis." ⁴

O documento revela que o DER-SC não conseguia mais responder pelo Aterro. Assim sendo, a atitude de repassá-lo à Prefeitura Municipal de Florianópolis foi apenas uma forma de contornar o problema.

A atual ocupação da área total do Aterro da Baía Sul, perdeu a orientação globalizante. Para os anos 90, no Aterro da Baía Sul, prevalecerá um dinâmica fragmentária. A tendência que se apresenta é que em seu espaço físico serão criadas diversas **perspectivas**, dentre as quais destacamos:

1) Estacionamento: Parte significativa de sua área central será ocupada desta forma, uma vez que o centro da cidade é muito disputado.

2) Espaço Turístico: Como a cidade possui uma vocação "natural" para o turismo é possível que o local seja ocupado ainda com as instalações que se seguem: Centro de Convenções, Museu do Mar, Aquário Municipal, etc.

3) Promoção de Eventos: Parte de seu espaço será reservada à promoção de grandes eventos, como é o caso da "Passarela do Samba" que já está instalada.

⁴Ofício Nº 11/93, DER-SC, Florianópolis, 12 de janeiro de 1993, assinado pelo seu Diretor-Geral Eng^o. Civil Edgar Antônio Roman.

4) Estação de Esgoto: Esta construção está em andamento desde 1991, vem sendo executada pela CASAN. A escolha de sua localização, no miolo do Aterro, foi muito equivocada.

5) Área de Lazer: O novo Plano Diretor de Florianópolis, que começa a ser discutido na Câmara de Vereadores, certamente preservará o espaço existente e destinado ao lazer. A questão central é como o poder público municipal poderá se responsabilizar pelo seu espaço físico.

Objetivamente, a presente pesquisa tem a preocupação de responder algumas questões referentes, particularmente, à implantação da proposta de lazer no Aterro da Baía Sul. Dada as mudanças que se processaram em seu espaço físico, urge investigarmos também **as causas da subutilização** de sua área de lazer numa perspectiva histórica.

Nossa **hipótese central** é que o atual desuso do Aterro em termos de lazer decorre essencialmente de um tipo de visão política de mercado defendida desde a sua implantação pelos seus administradores, neste caso, particularizadamente pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A visão das elites tinha duas caracterizações centrais: limitações democráticas, uma vez que estávamos em meio à ditadura militar; e a adoção de uma proposta desenvolvimentista, norteadas pela construção de grandes obras, sem clareza de seus impactos ambientais e/ou sociais.

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados, que serviram como suporte para a elaboração deste trabalho, destacam-se:

a) pesquisa bibliográfica: procuramos explorar principalmente dois temas: lazer e Estado;

b) pesquisa documental: considerando prioritariamente leis e decretos que influenciaram a dinâmica de ocupação do Aterro, obtidos sobretudo nos seguintes locais: Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina e Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; e o Projeto de Urbanização (planta baixa), obtido no Arquivo do D.E.R.;

c) pesquisa hemerográfica: em jornais na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina do período compreendido entre 1972 a 1978, momento em que aconteceram as principais decisões políticas relativas à implantação do projeto;

d) entrevistas: foram feitos inúmeros contatos com arquitetos, personalidades políticas, engenheiros, professores, etc. Dentre os entrevistados destaca-se a pesquisa feita com o ex-Governador Colombo Machado Salles, considerado o "pai do Aterro".

O presente trabalho está estruturado em 5 partes, sendo que as duas primeiras abordam de forma mais geral as questões do lazer e Estado. Nas outras duas houve a intenção: de recuperarmos a memória da construção do Aterro da Baía Sul; de ressaltar os conflitos gerados na tomada de decisões sobre a sua ocupação; e, de apontar as perspectivas históricas apresentadas para a sua ocupação.

No primeiro capítulo procuramos questionar em que medida as recentes alterações na base material de produção, marcadas principalmente pela introdução de novas formas e tecnologias produtivas, está possibilitando uma redução na jornada de trabalho e como isto está traduzido em termos de ampliação das oportunidades de lazer para os trabalhadores.

Procuramos também, apresentar algumas considerações teóricas relativas ao estudo do lazer em nossa sociedade, relacionando-as com o objeto de estudo, além de apontar que tipo de atividade de lazer nos referimos.

No segundo capítulo consideramos que compete ao Estado: legislar, promover, incentivar e gerenciar sobre a questão do lazer, buscando quando oportuno a presença da iniciativa privada. Distante da omissão política, o Estado deve procurar desenvolver políticas públicas, baseadas no conhecimento da real demanda social, definindo uma proposta política de esporte e lazer. Há necessidade, também, de que o Estado defina os espaços públicos destinados à prática de atividades de lazer, numa perspectiva social.

No terceiro capítulo apontamos os atores políticos que tiveram presença na construção do Aterro da Baía Sul, os objetivos da obra e a visão política dos idealizadores do processo.

No quarto e último capítulo preocupamo-nos em considerar e entender os fatos ocorridos no período de 1974 a 1978, caracterizando-o como definidor do processo decisório de ocupação do Aterro, porque naquele momento foi desenvolvida a base política que reflete até os nossos dias.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

O objetivo desta pesquisa foi estudar a construção do Aterro da Baía Sul entre 1974-78, em Florianópolis/SC, numa perspectiva de ocupação do local para o desenvolvimento de atividades de lazer.

1.2.2 Específicos:

- buscamos o questionamento sobre as recentes alterações na base material de produção, marcadas principalmente pela introdução de novas formas e tecnologias produtivas e sobre a redução na jornada de trabalho traduzida em ampliação das oportunidades de lazer para os trabalhadores;
- apresentamos o Estado como definidor de políticas públicas para o esporte e o lazer, baseadas no conhecimento da real demanda social e permitindo que sejam criados espaços públicos adequados.
- apontamos os atores políticos envolvidos na construção do Aterro da Baía Sul, os objetivos da obra e a visão política dos idealizadores do processo.
- Procuramos entender os fatos ocorridos no período de 1974 a 1978, caracterizando-o como definidor na ocupação do Aterro, porque naquele momento foi desenvolvida a base política que reflete até os nossos dias.

1.3 METODOLOGIA

Em termos metodológicos procuramos entender como se deu o processo de abandono do Aterro da Baía Sul na perspectiva de lazer.

Utilizamos o método dialético para abordar a situação que se encontra o local; as contradições marcadas por disputas de interesses entre as elites dirigentes durante a sua construção; e as mudanças ocorridas principalmente em termos de orientação política sentida durante a sua idealização.

Baseamo-nos em quatro fontes de pesquisa: a **bibliográfica**, que nos permitiu um aprofundamento na questão do Estado e do Lazer; a **documental**, onde foram pesquisados os arquivos da Imprensa Oficial, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; a **hemerográfica**, através de uma profunda consulta nos periódicos da época (1974 a 1978); e, através de **entrevistas dirigidas** aos envolvidos.

A característica fundamental desta pesquisa é bibliográfica. De acordo com Cervo & Bervian (1983) ela procura explicar um problema a partir de teorias publicadas. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado existente sobre um determinado assunto tema ou problema.

Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Neste tópico preocupamo-nos especialmente em discutir o significado do lazer na sociedade contemporânea. Neste sentido, tomamos como base algumas considerações teóricas já elaboradas sobre a problemática, procurando confrontá-las com a realidade observada, destacando os pontos relevantes e ampliando os que porventura estão omissos ou insuficientes.

2.1.1 Desenvolvimento Tecnológico: ampliação do tempo livre?

Consideramos proposital fazer um questionamento sobre a ampliação do tempo livre na sociedade contemporânea, levando em consideração o desenvolvimento tecnológico, tanto para os trabalhadores como para quem não se encontra economicamente ativo.

Naturalmente, não se ignora aqui a antigüidade histórica do tempo livre dedicado ao lazer, presente na humanidade desde os seus primórdios, constituindo-se numa atividade de extrema necessidade para os indivíduos. Tendo historicamente objetivos variados, mas significando, na essência, uma perspectiva de equilíbrio vital.

O que seriam os desenhos rupestres, senão uma nítida demonstração e exercício do lazer pelo homem primitivo?

Por quê os monarcas afirmavam ser tão necessário o pão e o circo (lazer) para a reprodução do poder. Esta metáfora traduz o reconhecimento estatal sobre a importância e necessidade do lazer, como recomendou Maquiavel⁵ aos príncipes no início do século XVI.

No entanto, metodologicamente, não reconstituiremos a história do lazer nos seus diferentes estágios de desenvolvimento, mas faremos um recorte paradigmático de sua evolução a partir da sociedade industrial.⁶

É necessário considerar que o estudo sobre o lazer em nossa sociedade contemporânea, precisa levar em consideração os reflexos das mudanças pela realidade social, ou seja, requer um tratamento inovador, compatível com o atual estágio de

⁵ MACHIAVELLI, N. B. *O Príncipe*. 1985. p. 126. Maquiavel recomendou no capítulo *o que convém a um Príncipe para ser estimado* o seguinte posicionamento. "Ademais, deve nas épocas convenientes do ano, distrair o povo com festas e espetáculos. E, porque toda cidade está dividida em corporações de artes ou grupos sociais, deve cuidar dessas corporações e desses grupos, reunir-se com eles algumas vezes, dar de si prova de humanidade e munificência, mantendo sempre firme, não obstante, a majestade de sua dignidade, eis que esta não deve faltar em coisa alguma".

⁶ A esse respeito, ver YURGEL, M. *Urbanismo e Lazer*. 1983. p. 05. Originalmente apresentada como tese de doutoramento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1972, a autora, neste livro, nos dá uma visão histórica das manifestações do lazer desde as sociedades mais primitivas até a nossa, destacando o incremento dessa atividade após a Revolução Industrial. Em seu estudo, ela apresenta ainda os meios de comunicação como instrumentos de lazer para uma população de uma grande metrópole, centrando o seu estudo sobre a realidade da Cidade de São Paulo. Também faz um exame crítico das propostas pioneiras de áreas destinadas ao lazer no Brasil e no exterior.

desenvolvimento urbano-industrial, marcado por inovações tecnológicas, que têm provocado grandes alterações nos valores, costumes e comportamento dos indivíduos.

As mudanças “revolucionárias” sentidas atualmente na base material de produção capitalista, como explica Braverman⁷, não podem passar despercebidas. Tais mudanças, representadas sobretudo pela revolução técnico-científica, possuem um caráter de classe consciente e proposital, pois decorrem de um progresso planejado da tecnologia e dos processos de produção.

As inovações, para Braverman, não atingem apenas setores específicos, como a química, a eletrônica, a maquinaria automática, a aeronáutica, a física nuclear, mas o seu conjunto, tendo em vista a transformação da própria ciência em capital.

Comumente, atribui-se à revolução científica e tecnológica a responsabilidade pelas transformações ocorridas na vida dos indivíduos, que passam a dispor de vantagens opcionais quanto a utilização do tempo livre. Não obstante, as mudanças provocadas por esta revolução é um processo lento e gradativo.

Tal processo atinge inicialmente apenas uma parcela da sociedade, deixando a maioria à margem e excluída deste consumo, porque da forma como está estruturado o sistema capitalista permite que poucos indivíduos desfrutem da acumulação do capital e de seus benefícios.

⁷BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX. 1977. p. 146. O autor embasado no marxismo clássico e preocupado essencialmente com a investida do capital, busca nesta obra um aprofundamento da teoria de Karl Marx, porque, no seu entendimento, o capitalismo nesses últimos tempos sofreu consideráveis transformações. A acumulação do capital, para

Nesse sentido, a prática do lazer, mesmo historicamente esteve, quase sempre, restrita às classes dominantes.

A primeira questão que nos surge diante da dinâmica apresentada pela sociedade contemporânea é a seguinte: com a introdução das novas tecnologias produtivas, quando as máquinas são cada vez mais responsáveis pela redução do tempo necessário para produzir uma determinada mercadoria, estaríamos caminhando para uma redução progressiva da jornada de trabalho para os trabalhadores? E mais, em decorrência desse processo poderíamos programar o tempo livre para o desenvolvimento de atividades sociais como o lazer?

Levando em consideração os avanços científicos e tecnológicos, ocorridos no mundo contemporâneo, observa-se que eles passaram a influenciar no cotidiano dos indivíduos, criando novas formas de relacionamento e convívio social.

O lazer, por não estar imune à lógica do capital, assumiu na sociedade contemporânea, a partir do processo de industrialização, um caráter comercial, adequando-se rapidamente ao padrão de vida de cada classe social. Inicialmente, apenas as classes abastadas socialmente irão combiná-lo com o trabalho.

Contudo, não se pode afirmar que o lazer atinge apenas os privilegiados socialmente.

Existe em nossa sociedade uma pluralidade de opções destinadas a satisfazer o conjunto da classe trabalhadora, que vão desde a pelada de futebol em campos

Braverman, assumiu novas formas organizacionais; invadiu velhos ramos da Economia e se expandiu

improvisados à assistência passiva da programação televisiva, esta última, certamente a opção mais freqüente.

Entretanto, faz-se necessário questionar em que medida o envolvimento da indústria cultural⁸ no setor, como promotora de um grande número de atividades de lazer representa um benefício ou simplesmente um mecanismo de alienação e controle social.

No Brasil, segundo Ortiz, nos anos 40 é que se pode sentir a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa. Este momento é verificado: pela modernização e crescimento da indústria e da estratificação social, que expande a classe operária e as camadas médias; pelo advento da burocracia e das novas formas de controle gerencial; pelo aumento populacional e pelo desenvolvimento do setor terciário em detrimento do agrário.

Ortiz afirma ainda que, no período citado, tivemos incipientemente a formação de uma indústria cultural e de um mercado de bens simbólicos através do desenvolvimento da racionalidade capitalista e da mentalidade gerencial.

O surgimento da indústria cultural no Brasil combina-se ainda inteiramente com a consolidação da televisão, como um dos principais canais de propagação da ideologia dominante.

por muitos outros novos.

⁸ A esse respeito, ver ORTIZ, R. A Moderna Tradição Brasileira - Cultura Brasileira e Indústria Cultural. 1988.

A ditadura militar, principalmente nos anos 70, investiu sobremaneira no crescimento da Rede Globo, com isenção de impostos, concessões de canais e instalação de torres repetidoras gratuitamente, transformando-a numa das maiores redes de comunicação do mundo, exatamente para ter a seu serviço um espaço permanente de difusão das idéias governistas e elitizadas.

A televisão no Brasil, desde os anos 70, ocupa o primeiro lugar em preferência nas atividades de lazer. Florianópolis não foge à essa regra nacional.

Em pesquisa realizada recentemente⁹, indica que a televisão é a grande companheira da "ociosidade" florianopolitana. É necessário esclarecer que há um equívoco por parte da redação do jornal ao indicar a referida atividade de lazer como ócio.

Nosso argumento é de que assistir televisão é uma atividade passiva de lazer.

Por ócio, compreende-se o fato de não se fazer absolutamente nada, o que é radicalmente diferente de outros dois níveis de ocupação das pessoas: o trabalho e as chamadas obrigações doméstico/familiares.

Segundo a pesquisa da agência "Minas Marketing", que questionou 389 pessoas, entre 16 e 50 anos, sobre seus programas de lazer, assistir televisão é a principal

⁹ LAVRATTI, A. C. "Lazer entregue ao ócio." Diário Catarinense, 16/05/1993. p.08 e 09. A repórter destaca que a televisão é a grande companheira da ociosidade florianopolitana. Segundo uma enquete recém-realizada pela Minas Marketing, que questionou 389 pessoas sobre seus programas de lazer, assistir à televisão - com 25,7% dos votos - é o principal *hobby* na cidade tanto durante a semana quanto nas tardes de sábado e domingo. Em segundo lugar, com 10,3% aparece a prática de esportes.

atividade de lazer dos florianopolitanos com 25,7% de preferência dos entrevistados, tanto durante a semana quanto nas tardes de sábado e domingo.

Em segundo lugar, com 10,3% aparece a prática de atividades esportivas e de lazer, isso que dizer que, apesar da cidade oferecer recursos naturais incomparáveis, necessitamos ainda de uma infra-estrutura adequada que oportunize a prática dessas diferentes atividades.

Por outro lado, com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, o lazer sofre os impactos que a dinâmica deste processo determina. Neste sentido, o aumento, a manutenção ou a redução da jornada de trabalho é que define a dimensão de tempo livre para quem trabalha.

Neste século, houve grandes variações da jornada de trabalho nos países capitalistas em geral. Se no início do século XX, havia jornadas de até 18 horas diárias, hoje chegam a 8, 6 e até 4 horas diárias.

Parker¹⁰, ao tratar do tempo disponível para o lazer, analisa a redução da jornada de trabalho britânica:

"No início deste século, considerava-se "normal" uma semana de trabalho de 52-54 horas, sendo isso comum entre os trabalhadores. Houve uma redução para 48 horas após a 1ª Guerra Mundial que ocorreu uma redução de 48 para 44 horas. Através de pequenas mudanças sucessivas, a semana de trabalho da maior parte dos operários na indústria foi reduzida para 40 horas, o que permanece até hoje. Antes da 2ª Guerra Mundial, havia pouca divergência entre a jornada regulamentar de trabalho e as horas reais de trabalho; poucos trabalhavam horas adicionais. A partir de então, o trabalho extra, substancial e persistente, tornou-se uma característica de cena industrial britânica."

Por sua vez, a trajetória da redução da jornada de trabalho no Brasil apresenta distintas situações. No início deste século, oscilava entre 15 e 16 horas diárias; em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foram dados passos importantes na legislação trabalhista, estabelecendo-se a jornada de trabalho de 8 horas diárias, ou, 48 horas semanais. Tivemos ainda na Constituição de 1988 uma pequena mudança para 44 horas semanais.

Contudo, neste final de século temos uma nova realidade. O Brasil passou por um processo de desenvolvimento considerável em todos os campos - econômico, cultural, social, etc. - a sociedade tornou-se cada vez mais complexa.

Surgiram, então, novas profissões para atender às novas necessidades individuais e coletivas, e novas demandas foram feitas. Neste sentido, apesar de nem todas as profissões existentes no Brasil serem regulamentadas quanto a jornada de trabalho, a introdução do artigo 224, na CLT¹¹, determina uma redução de oito para seis horas para a categoria dos bancários:

"A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.

§ 1º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre sete e vinte e duas horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de quinze minutos para alimentação.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou

¹⁰ PARKER, S. A Sociologia do Lazer. 1978, p. 144.

¹¹ SAAD, E. G. CLT Comentada (LTr). 1993, p.176.

que o valor da gratificação não seja inferior a um terço do salário do cargo efetivo"

Neste final de século, a discussão sobre a redução da jornada de trabalho, fundamenta-se em dois principais aspectos: **primeiro**, nas reivindicações organizadas dos trabalhadores, conduzidas invariavelmente pelo movimento sindical; e, **segundo**, no desenvolvimento das forças produtivas, marcado atualmente pela introdução de novos métodos de produção e processos gradativos de automação/robotização.

Entretanto, na sociedade capitalista contemporânea, a introdução de novas tecnologias no processo produtivo não está representando automaticamente uma diminuição da jornada de trabalho, muito pelo contrário, tem aumentado o nível de exclusão social, pois apresenta uma dinâmica de redução do número de trabalhadores no mercado de trabalho, tendo como suporte ideológico o projeto neoliberal.

Cabe destacar que a introdução dos processos de automação ocorridos precisam ser discutidos democraticamente com os trabalhadores para que não haja uma simples substituição do homem pela máquina, aumentando assim a taxa de desemprego.

Outro problema decorrente da "pós-modernidade" produzido por esse processo acelerado de automação é o surgimento de novas patologias como o *stress* e as lesões por esforços repetitivos (LERs), além dos problemas oriundos do mundo virtual, como a fragmentação/individualização acentuada dos seres humanos.

Harvey¹², ao estudar a condição pós-moderna, afirma que nestas duas últimas décadas temos vivido sob o impacto das inovações. Os velhos métodos, como o fordismo, são substituídos por novas formas organizacionais e novas tecnologias produtivas:

"A aceleração na produção foi alcançada por mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical - subcontratação, transferência de sede etc. - que reverteram a tendência fordista de integração vertical e produziram um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira. Outras mudanças organizacionais - tais como o sistema de entrega *just-in-time*, que reduz os estoques -, quando associadas com novas tecnologias de controle eletrônico, de produção em pequenos lotes etc., reduziram os tempos de giro em muitos setores da produção (eletrônica, máquinas-ferramenta, automóveis, construção, vestuário etc.). Para os trabalhadores, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho."

Se o capitalismo contemporâneo tem como encargo o aperfeiçoamento cada vez maior da ciência e da tecnologia o mesmo não acontece com a problema da jornada de trabalho, uma vez que as inovações na produção, em linhas gerais, tem apenas liberado mão de obra e diminuído o tempo necessário para produzir uma determinada mercadoria.

Neste sentido, a luta pela redução da carga horária semanal, entre empregados e patrões, continua vigorando como um dos pontos básicos nas pautas de reivindicação de distintas categorias.

¹² HARVEY, D. A condição Pós-Moderna. 1992.

Os dois aspectos apresentados, a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho e os avanços científicos e tecnológicos combinados poderiam resultar numa maior diminuição da jornada de trabalho, logo possibilitando a elevação do tempo livre e a conseqüente prática do lazer.

Porém, na sociedade capitalista, sobretudo nos países em desenvolvimento, existe uma grande dificuldade de se estabelecer um diálogo entre capital-trabalho (patrão-empregado) no sentido de se debater o problema da redução da jornada de trabalho em decorrência da introdução de novas tecnologias.

2.1.2 Alguns Conceitos de Lazer

Os principais trabalhos e conceitos sobre o lazer no Brasil fundamentam-se nas acepções teóricas do sociólogo francês Dumazedier¹³. Este autor define lazer da seguinte maneira:

"O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais."

¹³ DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular. 1976. p. 34. Esta e as demais obras do autor foram introduzidas no Brasil com o apoio exclusivo do SESC (Serviço Social do Comércio), entidade assistencialista de abrangência nacional criada pelo Estado e empresariado em 1946.

Esta concepção repercutiu de tal forma nas formulações teóricas sobre o lazer no Brasil, que Dumazedier transformou-se em pouco tempo na principal fonte de pesquisa sobre o assunto.

Considerando relevante suas contribuições ao mundo acadêmico, nos trabalhos de Dumazedier está ausente a influência que um determinado modelo de Estado exerce na definição das políticas públicas e na constituição de espaços públicos para a prática social do lazer.

O autor não considera, também, a perspectiva de que o aumento do tempo livre para quem trabalha, por sua vez a redução da jornada de trabalho, representa uma conquista de classe, sendo o resultado fragmentado da contradição intrínseca do capitalismo (contradição capital-trabalho).

A ausência de uma abordagem dos dois aspectos citados, ou seja, a interferência do Estado na definição das políticas públicas e o caráter classista do lazer, representa uma insuficiência teórica para a análise do nosso objeto de pesquisa.

No Brasil, a utilização do referencial teórico dumazediano além de muito usual, possui variadas interpretações. Em consonância com Dumazedier, por exemplo, está o conceito de lazer de Camargo¹⁴ que o define como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica:

¹⁴ CAMARGO, L. O. L. O que é Lazer. 1989. p.97. Para o autor o lazer interfere decisivamente nas relações de trabalho. Vem crescendo em tempo e importância desde o começo do século, quando os movimentos sindicais passaram a reivindicar reduções na jornada de trabalho. Hoje um trabalhador urbano tem, em média, 30 horas semanais de tempo livre, com possibilidades de aplicá-lo em lazer.

"Um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos."

Apesar da generalização deste conceito, que compreende as manifestações do lazer como inúmeras atividades (exceto o ócio, as domésticas e as trabalhistas), Camargo, aponta um elemento importante, que merece destaque: afirma que o lazer é uma conquista vinculada à jornada de trabalho/tempo livre.

O estudo de Camargo introduz novos elementos na discussão da problemática do lazer na sociedade contemporânea, principalmente quando busca distinguir lazer e trabalho sustentado no argumento de que o primeiro deve ser prazeroso, voluntário e liberatório.

Outros estudos como o de Rolim¹⁵, procura entender o lazer dentro de uma perspectiva psicossocial, apresentando-o como um tempo livre, empregado pelo indivíduo na sua realização pessoal, como um fim em si mesmo: "o indivíduo se libera à vontade do cansaço, repousando; do aborrecimento, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de forma intencional as capacidades de seu corpo e espírito."

A definição de Rolim trata de apresentar o lazer como uma categoria fragmentária, desconectada de uma problemática social. Sua argumentação baseia-se na

¹⁵ROLIN, L. C. Educação e Lazer - A Aprendizagem Permanente. 1989. p. 53.

idéia de que o homem atua guiado pela auto-determinação, dependendo apenas de si próprio para desenvolver atividades de lazer.

O sentido utópico do lazer pode ser visto em formulações teóricas que procuram dar-lhe uma conotação totalizante, sem especificar os limites que uma determinada realidade social, econômica, política e cultural pode apresentar. Castelli¹⁶, foi oportuno em observar uma condição marcante nos tempos atuais:

"Como engajar a população, sobretudo dos países do terceiro mundo, nessas diferentes atividades? Tarefa nada fácil, pois mexe-se diretamente com as classes dominantes. Para que a massa trabalhadora tenha acesso ao lazer, é preciso dar-lhe condições, não só criando uma infra-estrutura adequada, mas também condições de vida melhores: empregos, salários condizentes, educação, saúde, habitação. Como podem os trabalhadores dos países subdesenvolvidos ter acesso ao lazer se ainda estão lutando pela sua sobrevivência?"

De fato, o autor traz um questionamento extremamente importante ao afirmar que a melhoria da qualidade de vida da população é a condição indispensável para se pensar no desenvolvimento do lazer.

Salvo em seu sentido utópico, nos países dependentes, como o Brasil, a realidade social impede que as camadas carentes da sociedade tenham acesso à atividades de lazer numa perspectiva integradora, desalienadora e de bem-estar.

Nesses termos o lazer, em sua forma ideal/utópica, seria um instrumento de promoção social, servindo para auxiliar no rompimento da alienação do trabalho,

¹⁶ CASTELLI, G. Turismo - Atividade Marcante do Século XX. 1990. p. 37.

apresentando-se politicamente como um mecanismo inovador aos trabalhadores na medida em que estabelece novas perspectivas de relacionamento social.

Poderia, também, promover a integração do ser humano livremente no seu contexto social, servindo para o desenvolvimento de sua capacidade crítica, criativa e transformadora. Além de proporcionar-lhe melhores condições de bem-estar físico e mental.

Um dos estudos que demonstra pioneirismo com o problema do lazer no Brasil e que por esta razão merece menção e recolhimento é o de Requixa¹⁷, o qual procura resgatar as diferentes manifestações de lazer no país.

O referido autor trata de levar em consideração as especificidades sociais brasileiras, procurando estimular, já na década de 70, a discussão sobre a problemática do lazer, focalizando-o dentro da realidade urbana e industrial.

Nesta direção, Requixa procurou notabilizar a tese de que o lazer é um produto do próprio desenvolvimento industrial, com tendência a tornar-se mais importante, segundo o aumento do tempo livre dos trabalhadores. O autor chega a destacar que o mundo urbano "permitiu que o trabalhador fosse dispendo de um tempo verdadeiramente livre e com tendência a aumentar. Importante, pois o tempo livre é condição 'sine qua non' para a existência do lazer".

O estudo de Requixa apresenta, porém, uma limitação crucial na mesma direção de Dumazedier, considera a existência do lazer somente a partir da sociedade industrial.

O ponto de destaque em seu estudo refere-se aos primeiros passos dados em direção a uma nova compreensão do problema do lazer no Brasil, na medida em que ressalta que o tempo livre é um elemento indispensável no seu desenvolvimento.

Nesse sentido, partindo das observações extraídas empiricamente, Requixa aponta a possibilidade de que o tempo livre dos trabalhadores aumente (automaticamente) em função do desenvolvimento da sociedade. Com pouco sucesso, porém, procurou traçar de maneira ousada uma relação do lazer com a conjuntura político-social verificando os limites que a lógica do capitalismo no Brasil lhe impõe.

Outro estudo que dá sequência ao conceito originário de Dumazedier, com uma certa ampliação, é o de Marcelino.¹⁸

Marcelino, a exemplo de Dumazedier, apresenta o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória. A ampliação conceitual reside numa formulação reflexiva de que o lazer passa pela apropriação da produção cultural existente na sociedade:

"(...) a democracia política e econômica é condição básica, ainda que não suficiente, para uma verdadeira cultura popular; para a eliminação das barreiras sociais que inibem a criação e prática culturais. O que pretendo enfatizar é a necessidade e a importância de uma ação cultural específica, voltada para a produção e difusão de uma cultura de base popular, que contribua para a superação das atitudes conformistas e que possibilite a extensão da participação crítica e criativa muito além das minorias privilegiadas. Educar para o lazer, aproveitando o potencial das atividades desenvolvidas no "tempo livre", significa acelerar o processo de mudança que possibilitará a instalação dessa nova ordem no plano cultural."

¹⁷ REQUIXA, R. O lazer no Brasil. 1977. p.29.

¹⁸ MARCELINO, N. C. Lazer e humanização. 1983. p.80.

Em sua obra Marcelino acredita ser o momento favorável para mudanças no plano cultural. A ação dos educadores poderia transformar o lazer em elemento de mudança ou de acomodação, em fator de humanização ou simples bem de consumo.

Ainda para o autor, a perspectiva de difusão social do lazer passa pela democratização do acesso aos equipamentos e espaços necessários a sua prática. Há, porém, insuficiência teórica nessa afirmação.

Acreditamos que o desenvolvimento do lazer de cunho social, com base popular, passa pelo papel das classes dirigentes e do Estado na definição das políticas públicas para o setor, que não são enfatizadas por Marcelino. Por esse motivo, cria-se, uma utopia humanista.

Ou seja, não seria utópico pensarmos em humanização do lazer, sem termos uma humanização (democratização) da própria estrutura de poder do Estado e de suas atribuições (políticas) sociais?

Em estudos mais recentes Marcelino¹⁹ evidencia que a Educação Física em relação ao lazer, precisa apontar que caminho deve seguir: entrar no jogo de mercado, tornando-se uma mercadoria comercial ou investir na construção de uma nova sociedade.

Poucas investigações procuram considerar a prática do lazer como associada ao comportamento social e de classe. Em sua maioria, exploram apenas o seu conteúdo

prático. Uma formulação paradigmática que concebe o lazer a partir dos dispositivos estruturais que a sociedade contemporânea apresenta, ou seja, considera a divisão da sociedade em classes e procura destacar como se manifesta o lazer e o consumo cultural das elites está no estudo de Forjaz²⁰.

A pesquisa é inovadora no tratamento do problema porque, distintivamente, investigou as práticas e representações acerca do lazer e consumo de bens culturais na área metropolitana de São Paulo, no meio das elites empresariais. A autora subdividiu a sociedade em três segmentos: a classe operária; a classe média e as elites empresariais, constatando que:

"É possível para os empresários conciliar suas atividades de negócios com seu divertimento. Eles têm as condições materiais e culturais para transmutar o lazer em trabalho e vice-versa. A posição que ocupam no sistema produtivo enquanto donos do capital e gestores das empresas, associada ao elevado status social que inclui altos graus de escolaridade formal e padrão cultural, dá aos empresários o privilégio de poder transformar o seu trabalho em atividade que traz algum prazer e satisfação."

A constatação da pesquisa realizada em São Paulo, portanto, é de que, diferentemente das camadas populares, as elites estão conseguindo, num sentido genérico, adequar o lazer ao seu cotidiano, compatibilizando-o com o trabalho, dada a sua situação de favorecimento econômico.

¹⁹"Perspectivas para o Lazer: Mercadoria ou sinal de utopia?" in: Educação Física & Esportes - Perspectivas para o século XXI, organizado por Wagner Wey Moreira. 1993.

²⁰ FORJAZ, M. C. S. Artigo: "Lazer e Consumo Cultural da Elites." 1988. p.107.

Embora tenha um universo limitado à realidade da elite empresarial paulista, não possuindo uma dimensão nacional, pode-se observar que a amostra obtida e analisada pela autora, traz um indicador diferenciado dos estudos anteriores. Identifica um conteúdo classista nas práticas de lazer, distinguindo quem e como se consegue desenvolvê-lo. Constata-se, neste caso, que o desenvolvimento do lazer depende das condições objetivas, ou seja, das condições sócio-econômicas de cada indivíduo ou classe social.

Por sua vez, as elites procuram repassar a ideologia do trabalho e o desenvolvimento do lazer para os trabalhadores, adquire uma conotação secundária, utilizado na ocupação do tempo extra-trabalho, como constata Zaluar²¹:

"Nas entrelinhas desse debate sobre o esporte, está o lugar e a própria concepção de lazer na sociedade industrial moderna. Os que o chamam de supérfluo ou elitista acham-se tomados inteiramente pela idéia de que o lazer é sinônimo de ócio, que por sua vez é associado às classes abastadas, também chamadas ociosas. É essa característica que lhes traz como marca de distinção a relação desinteressada e não-utilitária com as artes, o esporte e outras atividades distanciadas do mundo do trabalho. Ao contrário, as classes trabalhadoras, cujo valor é a produção, tomariam a posição oposta, e o lazer para elas seria, em consequência, uma atividade secundária, executada apenas no tempo não-preenchido pelo trabalho."

As oportunidades para o desenvolvimento do lazer portanto são maiores para a burguesia, porque sua possibilidade de compatibilizá-lo com o trabalho é mais

²¹ ZALUAR, A. "O Esporte na Educação e na Política Pública." in, Educação e Sociedade. 1991. p.28-29. Este texto faz parte de uma pesquisa financiada pela Finep e coordenada por Vanilda Paiva do Departamento de Antropologia da Unicamp. A preocupação da autora reside na avaliação de dois

acentuada, por dois motivos: a) ela pode dispor de mais tempo livre; b) suas condições sócio-econômicas permitem a prática de diferentes e variados tipos de atividades.

Para os trabalhadores existem limitações de toda ordem que impedem o desenvolvimento de atividades de lazer: a) geralmente dispõem de pouco tempo livre, resultado da longa jornada de trabalho (quando a jornada de trabalho é reduzida diminui também a sua remuneração); b) não possuem condições favoráveis ao acesso de práticas de lazer, nem tampouco a possibilidade de optar dentre as variedades disponíveis.

Assim, tanto as condições sócio-econômicas quanto o tempo livre (este último marcado pela redução da jornada de trabalho) influenciam no desenvolvimento do lazer.

Percebe-se, então, que as classes desprivilegiadas possuem suas oportunidades reduzidas quanto a utilização do lazer, ao contrário das elites, que conseguem desenvolvê-lo graças ao fato de serem detentoras do capital.

Em observância com as definições expostas até aqui, cabe-nos procurar relacioná-las com o nosso objeto de pesquisa. Assim sendo, procuramos a seguir levantar alguns elementos que consideramos importantes na conceitualização do lazer, sob o ponto de vista social, em linhas gerais:

a) o lazer tem sido, historicamente, uma atividade necessária ao desenvolvimento bio-psíquico-social do homem;

programas esportivos - o Priesp, da Fundação Roberto Marinho, e o Recriância, do MPAS (Ministério

b) o lazer está relacionado à disponibilidade do tempo livre;

c) o lazer diz respeito mais diretamente às classes privilegiadas pela sua situação sócio-econômica;

d) a prática do lazer é influenciada sobretudo pelo Estado, na medida em que este pode implementar políticas públicas para o setor, além de oferecer espaços físicos necessários e adequados para a sua execução.

Portanto, a relação com o trabalho, a sua presença ao longo da história da humanidade, o caráter de classe e a influência que o Estado contemporâneo colocam-se teoricamente como os principais elementos definidores do lazer.

2.1.3 Que Tipo de Atividade de Lazer?

Embora as manifestações de lazer apresentem-se de maneira multiforme, possuindo diversas variações, nossa preocupação é com o seu desenvolvimento numa perspectiva social mais ampla, buscando avaliar dois requisitos básicos: a participação política do Estado na oferta da estrutura física necessária a sua prática, bem como na promoção e/ou incentivo das atividades e a participação dos indivíduos, segundo sua classe social.

Dumazedier²², subdivide as atividades de lazer na sociedade contemporânea em cinco tipos: a) manuais; b) intelectuais; c) artísticas d) físicas e e) sociais.

da Previdência e Assistência Social).

²² DUMAZEDIER, J. Teoria Sociológica do Lazer. 198p.

Por **atividades manuais** de lazer classificam-se ~~se todas~~ aquelas que se expressam por ações onde a utilização das "mãos" é predominante, seja para manipular e transformar objetos (como no caso do artesanato, da culinária, do tricô, etc.) seja para transformar a natureza (ex.: cultivo de plantas). O uso de ferramentas possui uma característica meramente acessória.

As atividades de lazer classificadas como **intelectuais** são aquelas em que o critério dominante é o cognitivo. A característica marcante é o uso da racionalidade apoiada na objetividade, na informação e na compreensão. Como exemplos teríamos: leitura de livros, jogos de xadrez.

Nas atividades de cunho **artístico** o critério dominante no seu conteúdo é o estético, o belo, o estilo. O imaginário possui uma presença fundamental (ex.: pintura de uma obra de arte).

Dentro dessa classificação o que nos interessa, essencialmente, são as atividades de lazer consideradas físicas e sociais, por serem as que se desenvolvem em locais públicos, como o Aterro da Baía Sul.

Físicas são aquelas atividades esportivas onde prevalece algum tipo de exercício físico. Exemplo: ginástica, jogos, passeio, etc. Nas atividades classificadas como **sociais** o que realmente importa é o relacionamento mútuo entre os indivíduos. Variam desde os encontros com os amigos até o desenvolvimento de atividades coletivas.

2.2 LAZER: FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO?

Nesta segunda parte da fundamentação teórica consideraremos a presença do Estado no gerenciamento das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento social do lazer. Esta participação adquire um papel importante, porque cabe a ele definir a reorientação dos espaços físicos adequados à sua prática.

De início, no entanto, percebe-se que existe um gradativo descomprometimento do Estado com a problemática do lazer, dentre outras questões sociais, ampliado pela atual influência da ideologia neoliberal.

O Brasil, enquanto país subdesenvolvido, obedece à lógica da nova ordem mundial. Como o Estado mostra-se alheio à questão do lazer, a iniciativa privada, procura preencher esta lacuna, desenvolvendo certas atividades de acordo com seus interesses comerciais, em detrimento das peculiaridades culturais e interesses populares.

Diante da redução de sua incumbência no tratamento da questão do lazer cabe, ao Estado, a possibilidade de atuação como instância normativa, legislando sobre a matéria, tanto para a atuação da iniciativa privada, como para os locais de caráter público, sob o controle estatal.

2.2.1 A Incumbência do Estado

A atual tendência apresentada pelo Estado capitalista contemporâneo é de uma dinâmica gradativa de desincumbência das tarefas políticas e sociais, que incorpora em seu interior diferentes interesses de grupos e classes sociais, tradicionalmente em conflito, como a burguesia e o proletariado, privilegiando os interesses comuns da sociedade capitalista. De acordo com Offe,²³ refuta-se aqui, a visão instrumental do Estado capitalista, ou seja, a visão de que o Estado é apenas um instrumento das classes dominantes:

"O Estado nem está a serviço nem é *instrumento* de uma classe contra a outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista. O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses *comuns* de todos os membros de uma *sociedade capitalista de classes*."

Em outros termos, se outrora o Estado servia para gerenciar os negócios e interesses exclusivos da burguesia, atualmente, serve principalmente como mediador dos conflitos entre as classes sociais.

No entanto, o Estado quase sempre tem utilizado o lazer como estratégia política, ora desenvolvendo-o parcialmente em escala social, ora desenvolvendo-o como instrumento de cooptação/manipulação social.

²³ OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. 1984.

A cooptação através do lazer se manifesta de maneiras distintas e por diferentes canais, através do desenvolvimento de diferentes atividades que podem ter a participação direta ou indireta do Estado. Direta, quando há o interesse de desenvolvê-lo através dos organismos oficiais, tais como Secretarias ou fundações. Indireta, através de entidades assistenciais, das quais destacam-se o SESC (Serviço Social do Comércio) e o SESI (Serviço Social da Indústria).

Se o domínio burguês na sociedade contemporânea tem diminuído em termos políticos, uma vez que o Estado está mais suscetível às pressões populares, o domínio de classe no campo econômico permanece e tem influenciado significativamente as práticas de lazer, uma vez que o desenvolvimento das atividades, em sua maioria, dependem de recursos financeiros. Marcuse²⁴, aponta que o atual avanço científico e tecnológico pode instrumentalizar as classes privilegiadas socialmente, detentoras do capital, a manterem o poder coercitivo, criando novas formas de dominação:

"O progresso técnico, levado a todo um sistema de dominação e coordenação, cria formas de vida (e de poder) que parece reconciliar as forças que se opõem ao sistema e rejeitar ou refutar todo o protesto em nome

²⁴ MARCUSE, H. A Ideologia da Sociedade Industrial. 1973. Marcuse explica a diluição da luta de classes pelo aumento do nível de consumo dos trabalhadores, que abandonaram a histórica trajetória de contradição entre capital e trabalho, para se preocuparem com os benefícios que o desenvolvimento científico e tecnológico tem propiciado. Se esta lógica é presente nos países desenvolvidos, de primeiro mundo, a realidade nos países em desenvolvimento, de terceiro mundo, é distinta, pois os trabalhadores desses países periféricos ficam sintomaticamente desprovidos dos benefícios do capital, sendo freqüente, inclusive, o afastamento de trabalhadores do mercado de trabalho em função da própria introdução da automação. Concomitantemente a este processo de marginalização da população carente ocorre uma redução gradativa nível de consumo dentro do mercado capitalista.

das perspectivas históricas de liberdade de labuta e de dominação. A sociedade contemporânea parece capaz de conter a transformação qualitativa que estabeleceria instituições essencialmente diferentes, uma nova direção dos processos produtivos, novas formas de existência humana."

A tendência predominante para o autor é que, em decorrência da forma como se organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Os atuais reflexos da proposição totalitária, descritos por Marcuse, de que a sociedade contemporânea tende a assumir em função do desenvolvimento tecnológico, parecem se fazer presentes ao observarmos a realidade social nos países subdesenvolvidos, em particular, no Brasil.

Os reflexos dessa dinâmica de desenvolvimento excludente são negativos, na medida em que o Estado tem se preocupado muito mais em manter uma predominância política de classe em sua gestão (hegemonia burguesa) do que implementar para o conjunto da sociedade, políticas públicas relacionadas aos direitos e necessidades sociais, como por exemplo, a questão do lazer.

Via de regra, a determinação classista na definição das políticas públicas não ultrapassa os limites da própria composição do Estado, ou seja, o seu desenvolvimento longe de possuir abrangência social restringe-se à uma pequena parcela da população, às elites. Neste sentido, o caráter classista que o lazer apresenta nos países em desenvolvimento, em especial no Brasil, tem predominância com o grau de desenvolvimento das relações de produção do sistema capitalista.

Por fim, as manifestações práticas do lazer na sociedade contemporânea passam a ser condicionadas pelo impositivos estruturais que o próprio sistema sócio-econômico

determina, verificando-se, com isso, uma acentuada adequação de suas práticas em função da realidade social de suas classes. Ou seja, para que o desenvolvimento do lazer possua uma abrangência social nos países em desenvolvimento, ele depende das condições objetivas para sua execução, como por exemplo, da situação sócio-econômica das classes; de um tempo livre para sua execução; de políticas públicas elaboradas para o setor e de espaços físicos adequados.

2.2.2 O Estado e as Políticas Públicas de Lazer

A omissão do Estado brasileiro diante de questões de grande relevância e direito social, se fortaleceu ainda mais com a queda do *welfare state* e pela ascensão/consolidação da nova ordem mundial, de conteúdo neoliberal, que influenciou países como o Brasil a se desvencilharem de certas questões de ordem social, ocasionando uma disfunção no gerenciamento dos espaços e das políticas públicas para o lazer em escala social.

A consolidação da onda neoliberal atingiu não somente os países do leste europeu, mas também os que postulavam a proposta de soberania nacional. Essa perspectiva política permitiu que a iniciativa privada ocupasse um lugar ainda mais destacado, pois submete as questões sociais, inclusive o lazer, à lógica de mercado.

Carnoy²⁵, ao tratar do Estado dependente, destaca que o Estado nas sociedades capitalistas atuais menos industrializadas, geralmente não se caracteriza pela democracia parlamentar. Seu questionamento incide sobre a possibilidade dessas economias terem heranças feudais. Por outro lado, afirma que:

"A crescente penetração do capitalismo e do sistema de empresa privada destrói as instituições políticas particularistas e autoritárias coerentes com uma economia feudal, afirmavam os pluralista. Uma vez que o capitalismo torna a economia universalista e orientada para interesses (o lucro) e, portanto, sujeita à disciplina racional, o Estado pode assumir uma forma parlamentar característica. Com a falência dessa previsão, principalmente em países razoavelmente industrializados, como o México, o Brasil e a Coréia do Sul, o modelo pluralista foi abandonado pelos próprios pluralistas, em favor de visões mais *pragmáticas* que consideram a possível incompatibilidade da democracia liberal com o desenvolvimento econômico sustentado nas condições capitalistas do mundo moderno."

Os reflexos dessas mudanças no cenário mundial implicou na redução do tamanho dos Estados e no descomprometimento ainda maior das questões de cunho social. A nova ordem mundial trouxe em seu bojo, a ampliação ainda maior da dominação dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento através de um histórico componente de poder, calcado particularmente no controle da ciência e da tecnologia. Em decorrência, cabe aos países em desenvolvimento a produção de matéria-prima.

O domínio do conhecimento e do capital impõe ao mundo contemporâneo essa nova divisão internacional do trabalho. A manutenção e a reprodução do poder não

²⁵ CARNOY, M. Estado e Teoria Política. 1984. O autor neste livro expõe o confronto de duas

possuem apenas uma caracterização meramente ideológica; existe acima de tudo uma concretude material, sentida principalmente com o avanço científico e tecnológico e sua apropriação, privando socialmente os despossuídos desta nova forma de poder.

A atual Constituição Federal Brasileira²⁶, promulgada em 1988, dispõe no seu artigo 6º o lazer como um dos direitos sociais como a saúde, o trabalho, etc. Já em seu artigo 7º (IV) dispõe, dentre outras coisas, que a fixação do salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do cidadão e de sua família. O lazer é citado como uma dessas necessidades.

Se o Estado contemporâneo procura desvencilhar-se de suas funções sociais, o desenvolvimento do lazer também é afetado. O seu repasse à iniciativa privada é feito por um processo que é lento e gradual, possuindo três diferentes situações. O Estado pode desenvolvê-lo sem estabelecer qualquer relação com a iniciativa privada; por outro lado, pode repassar totalmente a questão à iniciativa privada; e, por último, pode estabelecer uma parceria.

A realidade atual indica que é comum a tendência de parceria entre o Estado e a iniciativa privada, no desenvolvimento de diversas atividades de lazer com amplitude social, onde a iniciativa privada atua no patrocínio financeiro (parcial ou total) do evento e o Estado atua como organizador e promotor, colocando à disposição, especialmente, os recursos humanos com qualificação, compreendendo desde a questão organizativa até a execução, além da estrutura material.

concepções antagônicas sobre Estado. De um lado a liberal-clássica, de outro a marxista.

A dupla questão que nos surge é: até que ponto a relação entre o Estado e a iniciativa privada pode determinar o tipo de atividade de lazer que será desenvolvida, dado o controle dos recursos financeiros pela segunda? Numa hipótese de haver predominância e subordinação das atividades ao interesse da iniciativa privada, passando a existir uma escolha seletiva, poderia haver uma gradativa elitização das atividades e uma exclusão das atividades de interesse popular?

No momento em que foi projetado o Aterro da Baía Sul em Florianópolis, pelas elites que dirigiam o governo catarinense, para cumprir vários objetivos, dentre eles, que a nova construção pudesse realmente responder a expectativa de ser um pólo aglutinador das expressões culturais, recreativas e de lazer, poderíamos questionar também, quando houve a definição das políticas públicas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, se prevaleceu o interesse privado em detrimento do interesse social?

De acordo com o que apontava a proposta de construção do aterro da Baía Sul, ao observarmos o projeto de urbanização e suas construções previstas, verificamos que ele possuía uma dinâmica de desenvolvimento que respondia muito mais ao interesse privado do que público, por duas fortes razões: a) foi colocado à venda antes mesmo de ser construído; e, b) depois do tombamento, fruto de fortes pressões sociais, foi abandonado pelo poder público estadual.

Ao apresentarmos o estudo do aterro da Baía Sul em Florianópolis, procuramos entendê-lo dentro do pressuposto básico de que o desenvolvimento do lazer em escala social depende de uma estrutura material, onde o Estado não pode se omitir da

responsabilidade política de coordenar o processo democraticamente com a sociedade, principalmente definindo adequadamente os espaços físicos de utilização pela sociedade.

2.2.3 A Definição dos Espaços Públicos para a Prática do Lazer

A sociedade contemporânea registra em seu interior uma incidência marcante de desumanização, proveniente do gradativo desenvolvimento do capitalismo e de seu respectivo crescimento industrial e econômico. Esse processo é verificado principalmente com a aceleração crescente da urbanização nas cidades brasileiras, que concentrou uma imensa população nas áreas centrais, afastando para as áreas periféricas as classes economicamente carentes.

Diante do processo de concentração populacional e exclusão social dos despossuídos para as periferias na maioria das cidades brasileiras, que se deu de forma aleatória (não planejada), acabou por influenciar consideravelmente na ausência de sociabilização entre os homens. Além da dinâmica desumana no relacionamento social, apresentado pela urbanização, verifica-se um outro problema de dimensão política, que reside na ausência de espaços públicos para o convívio social. Este caso é o que nos interessa diretamente.

No Brasil, problemas como a má distribuição de renda, a especulação imobiliária, o aumento da periferização (favelização) e a marginalização (subutilização)

da mão de obra, têm propiciado, nesses últimos anos, a alteração da constituição dos espaços públicos para a prática de atividade de lazer de cunho social.

Em terrenos privados, diante do crescimento do mercado imobiliário, os espaços para se praticar atividades de lazer foram diminuindo gradativamente. A legislação²⁷ feita para regulamentar o uso e ocupação do solo em regime de co-propriedade nem sempre é cumprida. Embora não tenhamos dados seguros sobre a questão, pois isto careceria de uma pesquisa específica sobre o assunto, um grande número de condomínios em Florianópolis desrespeita esta lei.

Em terrenos públicos o problema também é sério, segundo afirmação da atual Secretária de Urbanismo e Serviços Públicos de Florianópolis, Clair Castilhos, em entrevista concedida à imprensa:

"Clair Castilhos, concorda que a cidade está carente de áreas verdes para serem transformadas em ambientes de lazer. Ela atribui o problema à especulação imobiliária, que ocupou todos os espaços. Além disso, muitos terrenos públicos estão abandonados ou invadidos por favelas. E tem ainda aqueles em que se torna difícil a utilização porque são apenas pequenos canteiros. Clair Castilhos diz ainda que a população tem reclamado da situação das áreas de lazer, mas ninguém lembra que a administração anterior entregou tudo destruído." ²⁸

²⁷ LEI MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - (Nº 1.566 de 29/05/78) - Art. 5º. - As áreas de uso comum não terão dimensão inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da área total nos terrenos situados nas Zonas Residenciais 1, e 45% (quarenta e cinco por cento) da área total nos terrenos situados nas Zonas de Expansão Urbana. Parágrafo Único - Será destinada, obrigatoriamente, a implantação de equipamentos de recreação e lazer, área coberta ou descoberta, não inferior a 10% (dez por cento) da totalidade do terreno, incluída nas áreas de uso comum referidas no *caput* do presente artigo.

²⁸ PERBONI, J. "Falta de Opções Restringe Lazer". Diário Catarinense. 05/05/1994. p. 30.

Na década de 70, o projeto de construção do Aterro da Baía Sul na Ilha de Santa Catarina, em certo sentido, contrariava a tendência majoritária de ausência de espaços físicos. Não obstante, o sucesso da proposta dependia de políticas públicas que possibilitassem a plena urbanização do seu espaço físico, permitindo que a obra se transformasse num dos centros de importante convívio social e que desse aos usuários uma oportunidade de se praticar diferentes atividades de lazer.

3 - O PROJETO DO ATERRO DA BAÍA SUL

Neste terceiro capítulo analisaremos os atores políticos envolvidos no processo de construção do Aterro da Baía Sul, bem como os objetivos e os métodos que nortearam e impulsionaram a sua idealização. Em certo sentido, o aterro respondia a expectativa de se ter um centro político-administrativo e um centro comercial acoplado ao existente; serviria também para viabilizar o fluxo dos veículos no centro da cidade, reduzindo os freqüentes congestionamentos, e por fim, seria um espaço destinado ao lazer dos florianopolitanos.

É importante destacar que naquele momento político, ou seja, na década de 70, prevalecia no meio dos governantes o fundamento da concepção "modernizante e desenvolvimentista" do período ditatorial do regime militar, pois reproduzia-se nas gestões governamentais locais, com facilidade, a idéia das grandes obras.

Consideramos também as diretrizes urbanísticas traçadas, lembrando que a opinião sobre o assunto entre arquitetos e demais atores políticos não era consensual

Por fim, questionaremos a viabilidade social da obra, lembrando que apesar de não terem cumpridos os objetivos que a motivaram, ela marcou significativamente a constituição de novos traçados urbanísticos para o centro da cidade.

3.1 A Idealização e seus Atores

A proposta de construção de aterros em Florianópolis não começou com o Aterro da Baía Sul nos anos 70, mas possui antecedentes históricos.

No final do século XIX, a visão técnico-administrativa defendia a prática do aterro como uma necessidade para sanear, restaurar e urbanizar as áreas centrais da Província. O primeiro idealizador desse processo foi um dos principais representantes das elites catarinenses, Hercílio Luz²⁹.

Anteriormente ao período em que era governador, as preocupações de Hercílio Luz dirigiam-se para o grave problema de saneamento em Florianópolis. Para dar uma resposta efetiva, ele encaminhou, em 1888, o trabalho dos primeiros aterros. Como relata Araújo³⁰, era uma área que incluía a Ponte do Vinagre sobre o Rio da Bulha, hoje, Avenida Hercílio Luz e na Praia da Figueira.

Se o objetivo do primeiro aterro, localizado às margens de um ribeirão, hoje canal da Avenida Hercílio Luz, foi para saneamento da Ilha, os subsequentes tiveram seus objetivos definidos a partir das razões e necessidades determinadas pela realidade

²⁹ Hercílio Luz foi Governador de Santa Catarina no período de 28/09/1894 a 28/09/1998, em seu primeiro mandato via eleição e no segundo mandato governou de 28/09/1918 a 31/10/1921, através de indicação. Anteriormente ao período em que foi governador, ocupou o cargo de engenheiro de obras da província de Nossa Senhora do Desterro, 04/06/1888 a 07/03/1898. Uma das primeiras atividades de Hercílio Luz como Governador de Santa Catarina, em seu primeiro mandato, foi a modificação do nome da cidade de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, em 1894, em homenagem ao Presidente da República Marechal Floriano Peixoto.

social, política e econômica de cada momento histórico. De qualquer forma, o primeiro aterro encaminhado pelo Governo do Estado representou uma alteração geopolítica, porque procurou modificar o traçado urbano, reorientando o centro da cidade para o seu iminente crescimento.

Outra tarefa governamental de Hercílio Luz, que transformaria completamente a realidade da Ilha de Santa Catarina, alterando o traçado urbano da cidade e abrindo um novo caminho para o desenvolvimento social e econômico, foi a construção da primeira ponte ligando Florianópolis ao Continente. Em razão desta obra, concluída em 1926, foi necessária a construção de um outro aterro que permitisse apoiá-la com segurança na sua parte insular.

No início do século, a construção da primeira ponte representava a abertura de um novo caminho para o desenvolvimento social e econômico para Florianópolis, uma vez que a sua conexão com o Continente era feita de forma muito precária, através de barcos.

Passados trinta anos da construção da Ponte Hercílio Luz, começaram a surgir, além dos problemas técnicos sentidos em sua estrutura de sustentação, problemas de fluxo, decorrente do crescimento do transporte motorizado, de acordo com estudo

³⁰ ARAÚJO, H. R. Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. 1989.

elaborado pela equipe de arquitetos responsáveis pelo Plano Diretor de 1952, Paiva-Ribeiro-Graeff³¹:

"Aparecem problemas viários prementes, quais sejam, principalmente, os referentes ao acesso à Ponte, desde a cidade insular (Ilha) e desde o Estreito, que não é franco e contínuo. Do lado do Continente, há um único acesso, via estreita e de caráter comercial local. Do lado da Ilha o acesso ao atual centro principal se faz através de ruas antigas e estreitas. O sistema circulatório da península caracteriza, ainda mais, o isolamento de grande parte da área Norte, pois as vias de circulação mais bem cuidadas vêm desde a Ponte até o Centro, no lado Sul, e daí ascendem ao Norte por uma perimetral, sempre tangenciando as áreas acima citadas. Além disso, em pleno Centro, na área existente à Leste da Praça XV, todas as vias são becos, de mínima largura."

A convivência no centro da cidade com frequentes congestionamentos era o reflexo da herança açoriana-madeirense dos colonizadores portugueses que dada a sua cultura construíram ruas estreitas, impróprias ao tráfego intenso de veículos.

Diante da crítica realidade urbana, o poder público municipal de Florianópolis passou a estudar uma nova alternativa para equacionar o problema funcional do tráfego entre a Ilha e o Continente. Surgiu então o Plano Diretor de 1952, que foi elaborado a pedido do prefeito municipal da época, Dr. Paulo de Tarso da Luz Fontes.³²

³¹ PAIVA-RIBEIRO-GRAEFF, Plano Diretor de Florianópolis. 1952. 78p. Neste Plano Diretor elaborado pelos arquitetos Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, foram traçadas algumas diretrizes sobre organização urbana zoneamentos, sistema viário e verde e a respectiva legislação.

³² O Dr Paulo de Tarso da Luz Fontes administrou o município de Florianópolis no período de 01/02/51 à 14/11/54.

Com relação à organização urbana, o Plano Diretor de 1952, apontava para a construção de novos aterros³³, objetivando aumentar os espaços necessários para a implantação de uma avenida principal responsável pela ligação do centro da cidade ao Norte da Ilha e Universidade (Avenida Beira Mar Norte); de uma avenida tronco (Avenida Paulo Fontes) capaz de captar o intenso fluxo de veículos no centro antigo e a criação de um espaço para ampliação da área urbana central (Aterro da Baía Sul).

Mas, foi somente em 1967 que o prefeito de Florianópolis, prof. Acácio Garibaldi de S. Thiago³⁴, sistematizou a proposta relativa ao problema de congestionamento da área central urbana, encaminhando um pedido ao Governo Federal para que fosse autorizada a construção dos aterros na Baía Norte e Baía Sul.

A solicitação feita em 1967, foi implementada somente pelo decreto nº 73.244/73 de 03 de dezembro de 1973, onde a União atendeu o pedido de autorização³⁵, através do Diretor-Geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas

³³ As primeiras previsões dos arquitetos que elaboraram o Plano Diretor de 1952, indicavam que tal aterro possuiria uma área de 48.000 m² e um custo de Cr\$ 2.160.000,00, onde o custo total da "Beira Mar Sul" estava orçado em Cr\$ 13.074.400,00, incluindo aterro, cais e urbanização geral das áreas obtidas, o que correspondia aproximadamente a quantia de 1.815 e 10.987 salários mínimos, respectivamente. O salário mínimo em 01/01/1952 era de Cr\$ 1.190,00.

³⁴ O Professor Acácio Garibaldi de S. Thiago administrou o município de Florianópolis no período de 31/01/66 à 21/03/70, na qualidade de prefeito eleito.

³⁵ Ver ANEXO 01, DECRETO Nº 73.244 de 03/12/73. "Autorização de Construção do Aterro da Baía Sul em Florianópolis." Diário Oficial da União. Seção I. Parte I. Tal decreto trata formalmente da autorização que a União fez ao Governo do Estado de Santa Catarina para a efetivação da obra. A autorização fazia parte de um conjunto de medidas definidas pela ditadura militar que correspondiam ao plano de metas do Governo Federal para reestruturação do país.

de Rodagem), Eliseu Rezende, ao Governo Estadual para a efetivação da obra, de acordo com o que previa o projeto geral de urbanização.

Após o pedido formulado para a construção do Aterro da Baía Sul, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 1972, através do chefe do executivo Cel. Ary Oliveira³⁶, desistiu dos direitos de preferência na cessão dos acrescidos da Marinha, porque a estrutura político-administrativa do município impedia a efetivação dessa gigantesca obra. Na ausência do poder público municipal, o Governo do Estado, através do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), firmou contrato com a firma construtora Norberto Odebrecht S.A. para a construção do aterro, passando a ter responsabilidade direta pela obra.

O aterro hidráulico da Baía Sul, que complementava a integração da Ilha com o Continente, passou a ser encarada como uma obra que possuía uma íntima relação com a construção da segunda ponte, uma vez que foram construídas conjuntamente e sob a responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina.

Os primeiros passos dados sinalizavam que o Aterro da Baía Sul possuía uma importância estratégica geopolítica para as elites governantes, pois redimensionava o antigo traçado urbano do centro de Florianópolis, de inspiração arquitetônica portuguesa, para atender a exigência da era moderna, consolidando assim o município como uma metrópole. O conjunto da proposta era composto por quatro partes, subdivididas em: aterros; sistema viário; viadutos de acesso; e a nova ponte.

Concomitantemente à idéia de planejamento urbano para o município, os governantes catarinenses dimensionavam o aterro numa esfera global, onde estivesse contemplada a proposta de transformação de Florianópolis num "Centro Metropolitano". O plano de desenvolvimento da região metropolitana de Florianópolis pautava-se, essencialmente, na idealização das grandes obras desencadeadas pelos militares, tendo como pressuposto básico a centralização das ações políticas em nível nacional, ou no máximo, em nível estadual.

A segunda ponte, que mais tarde levaria o nome do governador Colombo Machado Salles³⁷, foi apresentada estrategicamente como uma eficiente saída para solucionar o problema do tráfego. A Ponte foi estimulada e considerada urgente pelas elites face ao acidente de sua ponte-irmã, a Pleasant Bridge, em Ohio River, EUA, que, em 15 de outubro de 1967, desabou após o rompimento de um dos elos principais da cadeia de sustentação da sua estrutura.

A nova ponte estava projetada para ter 6 (seis) pistas, num estilo de ponte dupla, com 3 (três) pistas de cada lado, conforme o contrato de empreitada (PJ 018/72) de 24 de julho de 1972, assinado entre o Departamento de Estrada de Rodagem (DER-SC) e a firma construtora Norberto Odebrecht S.A. Comércio e Indústria. Entretanto, ocorreu uma significativa alteração no contrato original, através do termo aditivo (PJ 002/73) de

³⁶ O Coronel Ary Oliveira administrou a Cidade de Florianópolis no período de 05/05/70 à 20/11/73, na qualidade de prefeito nomeado.

³⁷ Colombo Machado Salles governou Santa Catarina no período de 15/03/71 à 15/03/75.

1º de março de 1973³⁸. O termo aditivo modificou cláusulas importantíssimas do contrato inicial como: o preço dos serviços, o prazo, e, principalmente, a largura da ponte, inicialmente contratada para ter 6 (seis) pistas, este número foi reduzido para 4 (quatro) pistas, em decorrência da decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Eliseu Resende.³⁹

A organização dos trabalhos para a construção da segunda ligação pelo governo do estado de Santa Catarina visava, pois, não somente a objetivação de uma nova ponte, que ligaria o Continente ao centro de Florianópolis, mas de um programa que seria desenvolvido por etapas, resultando no desenvolvimento urbano da capital, explorando, desta maneira, ao máximo as suas potencialidades metropolitanas. A própria construção do aterro hidráulico da Baía Sul, que daria abrigo à ponte Colombo Salles na parte insular, foi condicionada a este discurso desenvolvimentista de organização metropolitana, inserida no contexto como mais uma das grandes obras, apresentando-se à sociedade sob a falácia do "favorecimento popular".

³⁸ Ver ANEXO 02, Termo Aditivo (PJ. 002/73). Diário Oficial da União. Publicado em 01-03-73. p.04-05. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC.

³⁹ Eliseu Resende foi funcionário da firma Norberto Odebrech por longo período, sendo que, no primeiro semestre de 1993, quando ocupou o cargo de ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, afastou-se por desconfianças de favorecimento com a mesma firma. Além do que, esta firma, em curto espaço de tempo, transformou-se numa das maiores empresas do país. Ao lado de outras grandes empresas que prestam este tipo de serviço, como a Andrade Gutierrez e a Mendes Junior, expandem seus capitais graças ao histórico favorecimento do Estado no financiamento das exportações de bens e serviços. O governo que paga à vista às empreiteiras, sem que estas assumam qualquer risco, recebe da contratante em parcelas e com prazos de carência. Atualmente ela possui 42.000 funcionários, controla 30 empresas e tem obras espalhadas por 18 (dezoito) países.

As ações governamentais gestadas pelas oligarquias políticas das famílias Ramos/Konder/Bornhausen⁴⁰, que historicamente definiram a política catarinense, contaram com o auxílio destacado de profissionais de diversas áreas, neste caso, particularmente, de arquitetos e engenheiros. Dentre estes, destacaram-se o arquiteto Luis Felipe da Gama Lobo d'Eça e o engenheiro Colombo Machado Salles, que tiveram a preocupação histórica em transformar Florianópolis num centro de conurbação, capaz de garanti-la como instância catalisadora e integradora das expressões sócio-políticas, econômicas e culturais de Santa Catarina.

O Governo do Estado de Santa Catarina, dentro de uma aspiração modernizante, teria a função de proteger Florianópolis e a Região Litorânea, como afirma Gama d'Eça⁴¹:

"Continua indispensável uma ação prioritária do Estado para o término das grandes obras que, engrandecendo Florianópolis, salvarão as raízes culturais e a autonomia catarinense."

⁴⁰ Ver AURAS, M. Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos". 1991. 408p.

⁴¹ d'EÇA, L. F. G. L. Cidades: Inovar para Sobreviver. 1992. As grandes obras mencionadas pelo arquiteto e professor Gama d'Eça referem-se ao "Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis", que implicou na construção das BRs 282 e 470, na estrada do Rio Rastro e no desvio da BR 101 (este último não foi realizado); na construção da ponte Colombo Machado Salles e no Aterro da Baía Sul com a sua respectiva instalação político/administrativa da sede do governo do estado e na efetivação do aterro do Saco dos Limões/via expressa Sul (esta última, em fase de construção). Sua histórica presença junto ao governo catarinense tem respaldado este arquiteto como um dos mais ilustres representantes do pensamento de desenvolvimento urbano de Santa Catarina, embora sua preocupação esteja voltada para excessivo protecionismo da Região Metropolitana de Florianópolis.

No entanto, com a continuidade da tradicional atitude de privilégios no repasse de verbas públicas pelos governantes estaduais para a consolidação da Área Metropolitana em Florianópolis, passaram a haver discordâncias, oriundas, principalmente, do planalto e oeste catarinense. Essas reivindicações fundamentavam-se na tese do abandono dessas regiões pelo Governo do Estado, diante de problemas como: pouca assistência social; pequena participação política no governo e distorções no repasse de recursos financeiros proporcionais à arrecadação para cada região⁴².

Em 1952, momento em que foi elaborado o Plano Diretor, o Aterro da Baía Sul estava previsto tecnicamente para ter uma área de 48.000 m². Quando foi realmente projetado e executado, entre 1972 à 1974, resultado do pedido do prefeito Acácio S. Thiago e da autorização pela União, correspondia a uma área de 653.000 m², resultante dos acréscimos da Marinha. Conforme elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 4.304, de 1973, a definição das áreas aterradas foi apresentada da seguinte forma:

Área A: com aproximadamente 400.000 m², localizada entre os terrenos do Clube Veleiros da Ilha e os pilares da Ponte Hercílio Luz;

⁴² A ausência de equilíbrio na distribuição orçamentária, tem movimentado alguns políticos de expressão estadual e até nacional a reivindicarem a mudança da capital para o centro do estado catarinense, mais precisamente, para a cidade de Curitiba, planalto serrano. Outras lideranças políticas defendem a proposta de criação de um novo estado. O Estado do Iguaçu seria composto basicamente pelas regiões do oeste catarinense e oeste do Paraná.

Área B: com aproximadamente 180.000 m², localizada entre a ponte da Palhocinha, no Bairro de Coqueiros e o Portal Turístico, nas proximidades da ponte Hercílio Luz;

Área C: com aproximadamente 53.000 m², localizada em frente a praia do Matadouro (atual mercado público do Estreito), entre a cabeceira da ponte Hercílio Luz e o prolongamento da rua Santos Saraiva;

Área D: com aproximadamente 20.000 m², localizada entre a cabeceira da ponte Hercílio Luz e o início da avenida Rubens Arruda Ramos.

Foram aterrados 600.000 metros quadrados, equivalente à Área A, duzentos mil metros quadrados a mais do que estava previsto. Antes de ser feito o aterro o local era utilizado como um espaço de lazer por banhistas que frequentavam a Baía Sul, dada a sua proximidade com o centro da cidade e a precariedade no acesso às demais praias da Ilha.

Por outro lado, vimos que desde o final do século XIX, quando Hercílio Luz ocupava o cargo de Engenheiro de Obras da então Província de Nossa Senhora do Desterro, o problema do saneamento já existia. Este tornou-se cada vez mais crônico diante do crescimento urbano e da ausência de uma política capaz de resolver o problema, principalmente da poluição nas águas das Baías Norte e Sul permanecendo até os nossos dias o retrato cruel da relação sociedade-natureza.

O trabalho de aterramento da área A⁴³ foi desenvolvido pela Draga Sergipe, que sugou um banco de areia, denominado Ipitinga, na Baía do Saco dos Limões. Na operação foram sugados mais de 3,5 milhões de metros cúbicos de areia, peixes, crustáceos e toda a vida marinha do local. Apenas em 1982 foi aterrada a área B, com o início da construção da terceira ponte. As áreas C e D, por sua vez, não foram aterradas.

3.2 Os Objetivos

Nos idos dos anos 70, sob o comando do Governador do Estado de Santa Catarina, engenheiro Colombo Machado Salles, o aterro localizado na orla da Baía Sul, destinava-se integrar a nova área ao centro da cidade, promovendo uma ampla renovação urbana de Florianópolis.

Oportunamente, o Aterro da Baía Sul poderia cumprir o papel de ser o centro polarizador das expressões culturais, administrativas e de lazer, desde que houvesse a devida condução e efetivação de seus objetivos propostos. Colombo Machado Salles⁴⁴, sintetizou que:

⁴³ Os gastos com o Aterro da Baía Sul, segundo a afirmação do Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Sérgio Uchoa, em entrevista concedida ao "Jornal O Estado" (28/06/72 - p.06), totalizava a montante de Cr\$ 18.000.000,00, incluindo-se neste total os reajustes previstos no contrato firmado com a Companhia Brasileira de Dragagem.

⁴⁴ SALLES, C. M. Aterro da Baía Sul / Prós e Contras - Florianópolis 266 anos. 1992. 14p. Em suas considerações o Engenheiro situa o Aterro geográfica e historicamente, apresentando também um

Para definir as diretrizes que deveriam nortear a ocupação das novas áreas a serem urbanizadas no Aterro da Baía Sul, foram concatenadas as primeiras premissas do Plano Preliminar de Urbanização, estabelecendo, como hipótese, a necessidade de implantar espaços livres e de lazer, praças cívicas, sistema viário, edifícios para administração pública, edifícios de escritórios destinados à iniciativa privada, comércio localizado, edifícios de uso residencial e áreas industriais.

Antes da apresentação detalhada dos objetivos propostos para a construção do Aterro da Baía Sul, cabe aqui, dois esclarecimentos.

O primeiro, diz respeito à responsabilidade técnica pela obra, do engenheiro Colombo Salles, que na época governava o Estado de Santa Catarina. Este dispunha, além da capacidade de viabilização política, a condição de discernir a viabilidade técnica do projeto, bem como, a sua aplicabilidade prática;

O segundo, quando foi elaborado o "Plano Preliminar de Urbanização de Florianópolis", referente aos acréscimos da Marinha (aterro das Baías Norte e Sul), suas orientações estratégicas não residiam num plano hipotético de urbanização, mas estavam fundamentadas no projeto concreto de urbanização desenvolvido por um conjunto de empresas e responsáveis, dentre as quais se destacam:

levantamento sobre a proposta de urbanização do seu espaço físico em quatro níveis: residencial, comercial, institucional e lazer. Ao concluir o texto Colombo Salles afirma pontualmente, sem nenhum comentário, que a Assembléia Legislativa autorizou o Governo do Estado a vender 100.000 m² do Aterro, através da Lei nº 5.013/74; em 09 de outubro de 1978, Lei nº 5.483, a Assembléia Legislativa suspendeu a comercialização do Aterro, a destinando apenas a abrigar equipamentos em favor da cultura, do esporte, da recreação e do lazer e, por fim, o Decreto 5.483/78 tombou a área do Aterro da Baía Sul.

a) Firma Figueiredo-Ferráz: tinha sob sua responsabilidade um consórcio de técnicos interligados ao escritório técnico J. C. de Figueiredo Ferráz Ltda./Croce, Aflalo & Gasperini Arquitetos Ltda, sob as ordens diretas do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva. A função da firma era de elaboração da "planta baixa" da urbanização do aterro⁴⁵, tendo como título: "Urbanização dos Aterros das Baías Norte e Sul - Plano de Massas Setorial 2"; concluída a etapa de elaboração, o projeto foi encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras/Departamento de Estradas de Rodagem-SC, setor de responsabilidade direta do Governo do Estado;

b) Firma Burle Marx & Cia Ltda: a sua função restringia-se em elaborar o Projeto Paisagista⁴⁶ e a devida ordenação dos equipamentos de lazer.

c) Equipe de profissionais responsáveis pelo "Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis", tendo à sua frente o professor e arquiteto Gama d'Eça e o acompanhamento do Engenheiro Ernani Abreu Santa Ritta, naquele momento, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER-SC).

Do ponto de vista urbanístico, o que estava vigorando entre 1972 à 1974, período em que foi construído o aterro, era o Plano Diretor de 1952, que traçava apenas alguns indicadores sobre o desenvolvimento urbano do município.

⁴⁵ Ver anexo 03, apresenta detalhadamente, em termos técnicos, como ficaria situada cada construção.

⁴⁶ Houve problemas no acerto financeiro entre o governo catarinense e a Firma Burle Marx & CIA LTDA, como relata um antigo funcionário do DER-SC, em entrevista que nos foi concedida em 17/08/93: "Houve alguns entendimentos entre o governo a firma Burle Marx, a mesma que fez o Aterro

Levando em consideração a defasagem do Plano Diretor de 1952, o prefeito Acácio S. Thiago havia contratado uma equipe técnica em 09 de outubro de 1969 para a elaboração de um novo Plano para substituí-lo, que entraria em vigor a partir de sua aprovação na Câmara de Vereadores de Florianópolis, fato este, que aconteceu somente em 1976.

O Plano Diretor de 1976 foi produzido pelo ESPLAN (Escritório Catarinense de Planejamento), tendo à sua frente Alcides Abreu e Gama d'Eça. Este Plano Diretor acabou respaldando o desencadeamento da política de construção e ocupação do Aterro, uma vez que a obra e o espaço físico estavam sob responsabilidade do governo estadual. No entanto, como a sua aprovação se deu depois da construção da obra, não chegou a influenciar na sua elaboração e execução.

O projeto de urbanização foi desenvolvido por etapas, em conformidade com os interesses políticos dos governantes, muito embora estivesse explícito na legislação que autorizou a realização de aterros em áreas marítimas fronteiras à atual orla marítima da Ilha de Santa Catarina, mais precisamente, nas baías Norte e Sul e no Continente, a pré-condição para que, no prazo de 5 (cinco) anos, fosse concluída a urbanização do seu espaço físico.

Iniciada a urbanização do projeto geral do aterro, que compreendia a Avenida Beira Mar Norte; a Ponte Colombo Salles; a Avenida Paulo Fontes e o Aterro da Baía Sul, faltaria a ocupação do seu espaço físico, conforme previsão de ordenamento de 23

do Flamengo no Rio de Janeiro, mas o governo catarinense não pagou o que lhe competia e a firma

(vinte e três) construções relativas ao projeto de urbanização e em observância com o projeto paisagístico, que traduzia tecnicamente como seria instalados a área verde e os equipamentos para o lazer.

No decreto da União que autorizou legalmente a construção dos aterros nas Baías Norte e Sul havia uma pré-condição aceita, mas não encaminhada pelos governantes, para a conclusão no prazo de 5 (cinco) anos da sua referida urbanização, conforme consta no seu no seu Art. 2º:

"As obras de aterro a que se refere o artigo anterior se destinam à execução, pelo Estado de Santa Catarina, no prazo de 5 (cinco) anos, do projeto urbanístico que inclui a construção da ponte Continente-Ilha de Santa Catarina e de edifícios públicos." ⁴⁷

Havia portanto por parte dos coordenadores do projeto de construção clareza diante da previsão feita pelo Governo Federal sobre o tempo para conclusão da obra, mas este não foi obedecido.

abandonou o projeto".

⁴⁷ Ver anexo 04 DECRETO Nº 73.244 de 04/12/1973 - Diário oficial (seção I - Parte D), que "autoriza o aterro pelo Estado de Santa Catarina, de áreas de mar situadas ao longo da Ilha de Santa Catarina e em faixa fronteira ao continente, e a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos que menciona."

A esse respeito, é premente observar que problema financeiros⁴⁸ contribuíram para a morosidade na implementação do projeto de urbanização. No entanto, a realidade do "milagre" econômico brasileiro, dos anos 70, que resultou na entrada de volumosos empréstimos externos e que abastecia os cofres públicos intensamente contrariava o discurso de falta de verbas. Inclusive, o aterro serviu naquele momento para que o Governo do Estado pleiteasse novos recursos no exterior.

Feita a devida terraplanagem do espaço físico do Aterro da Baía Sul, surgiu com grande intensidade pressões para que o local fosse vendido ao empresariado. A discussão sobre a venda de 1/4 da área aterrada movimentou sobremaneira os políticos municipais.

Com o envolvimento da Câmara Municipal no processo, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, órgão encarregado das obras de urbanização do aterro, nada podia fazer enquanto não fosse dado um parecer definitivo sobre o plano de aproveitamento da área⁴⁹. Diante da pretensão de venda, o legislativo municipal ficou irredutivelmente contrário, criando-se um clima de hostilidade entre os poderes municipal e estadual. Surge aqui uma nova indagação: em que medida esse impasse político provocou uma ruptura nos objetivos iniciais?

⁴⁸ Em matéria publicada pelo Jornal O Estado (19/04/75 - p. 15) há registro de que "o aterro, após a sua construção, serviu de garantia, para o Governo pleitear um empréstimo de 200 milhões de dólares, por esta razão a sua comercialização foi posta de lado."

⁴⁹ Em entrevista concedida ao "Jornal O Estado" (24/04/75 - p.24) o Diretor do DER - SC, Engenheiro Carlos Werner, afirmou que "somente após a decisão da Câmara Municipal é que poderemos tomar

No momento em que se acentuava o impasse entre os poderes, assume um novo governador. O sucessor de Colombo Salles, Antônio Carlos Konder Reis⁵⁰, apesar de pertencer ao mesmo agrupamento político (ARENA), possuía uma posição distinta, passando então a predominar um consenso contrário ao processo de venda do aterro.

No desenvolvimento do processo de execução das obras previstas no plano de urbanização as etapas foram desenvolvidas segundo o interesse político dos governantes como destaca o próprio Salles⁵¹.

Na proposta de ocupação do espaço físico do Aterro da Baía Sul, de acordo com o projeto de urbanização desenvolvido pelo escritório técnico J. C. de Figueiredo Ferráz Ltda./Croce, Aflalo & Gasperini - Arquitetos Ltda e sob a responsabilidade do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, estavam previstas 23 instalações: 01) Palácio do governo; 02) Assembléia Legislativa; 03) Secretarias do Estado; 04) Palácio de Justiça; 05) Prefeitura; 06) Museu; 07) Teatro; 08) Biblioteca; 09) Prédio dos Correios e Telefonia; 10) Centro Comercial; 11) Centro Localizado; 12) Escritórios para a Iniciativa Privada; 13) Hotel para a Iniciativa Privada; 14) Garagens; 15) Restaurante - Bar; 16) Quadra de Futebol; 17) Quadra de Basquetebol, 18) Aeromodelismo; 19)

providências sobre a implantação de obras no aterro. O plano já aprovado na Assembléia Legislativa, encontra-se em tramitação na Câmara."

⁵⁰ Governou Santa Catarina no período de 15/03/75 à 15/03/78. Perguntado pela imprensa (Jornal O Estado 15/06/75 - p. 03), três meses após assumir o cargo, se o governador já tem posição definida sobre a utilização do aterro deu a seguinte resposta: "sou contra a utilização comercial da área, acho que deve ser uma área de recreação, lazer e circulação". Essa postura política do novo governador mudaria consideravelmente a orientação para Aterro da Baía Sul.

Velomodelismo; 20) Posto da Petrobrás; 21) Play Ground; 22) Terminal de ônibus; 23) Tribunal de Contas.

Dessas instalações e seus respectivos equipamentos de Lazer, elaborado pela firma Burle Marx e Cia. Ltda, apenas 08 foram executadas⁵². As demais, 15 instalações⁵³, sequer foram iniciadas.

Sobre o projeto paisagístico, para o qual havia sido contratada a firma Burle Marx, o mesmo foi abandonado pelo governo catarinense por problemas de pagamento, quando a obra estava em andamento.

3.3 O Discurso Desenvolvimentista e Modernizante

O governador Colombo Machado Salles⁵⁴ em concordância com política nacional, apresentou, no início do seu mandato, o "Projeto Catarinense de Desenvolvimento", à Assembléia Legislativa, destacando que:

"Há o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento. Tem que haver um Projeto Catarinense. Estas duas frases eu as disse muitas vezes. Repito-as agora. O

⁵¹ Ibidem, p.07. "Verificou-se a conveniência da formulação de etapas de implantação progressiva a partir de 1975, data base para o início da urbanização"

⁵² a) Totalmente: Palácio do Gov., Assembléia Legisl., Pal. da Justiça, Term. de ônibus e o Tribunal de Contas; b) Parcialmente: Secretarias (somente a de Educação) e as quadras esportivas de maneira muito precária.

⁵³ Como essas quinze instalações não possuíam relação direta com o Governo foram deixadas de lado.

⁵⁴ SALLES, C. M. Mensagem à Assembléia Legislativa - "Projeto Catarinense de Desenvolvimento." 1971.

Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici presidiu, juntamente com as contribuições recolhidas nas doze micro-regiões homogêneas, a elaboração final do Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Cria-se, assim, o documento de ação do Governo, mediante a formulação de projetos deduzidos a nível final de execução."

O discurso do governador Colombo Salles sobre o seu projeto levava em consideração as "metas e bases" definidas pelo poder federal. Estava norteado por pressupostos modernizantes e desenvolvimentistas, firmava-se no argumento de que o governo federal, pós-64, tinha compromissos com a verdade e com a ação, tendo condições, num prazo de 10 (dez) anos, de duplicar os níveis médios de bem estar e produtividade do Brasil ⁵⁵.

Contudo, o crescimento estava sendo conduzido pelo caminho da dependência externa: somente no período de 1971 à 1981 a dívida externa brasileira⁵⁶ subiu dez vezes (de 6,621 bilhões de dólares em 1971 para 61,410 em 1981), provocando, a posteriori problemas crônicos na economia brasileira.

O "Projeto de Desenvolvimento Catarinense" estava baseado nas metas estipuladas pelo governo federal, através do presidente Emílio Garrastazú Médici, para o quadriênio 1971-1975.

⁵⁵ Este feito se daria através do crescimento econômico e da integração social; pela conquista dos espaços vazios e ingresso na era atômica; pela participação dos trabalhadores na riqueza nacional e expansão dos níveis de emprego; pela redução da inflação e correção dos desequilíbrios regionais e setoriais; pelo prosseguimento das reformas sociais e políticas e a industrialização; pelo fortalecimento e expansão do poder nacional e a reorganização industrial; e, finalmente, pela decisão e esforço dos brasileiros.

⁵⁶ DADOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. 1982.

A dinâmica política do momento histórico em que foi executado o projeto do Aterro da Baía Sul residia no cerceamento da crítica e da liberdade de intervenção democrática da sociedade civil junto ao Estado brasileiro, determinado pelos governos militares do período autoritário/burocrático (1964-1985).

Nos anos 60 e 70 prevalecia a concepção racionalizadora de planejamento urbano.⁵⁷ A ausência de discussão sobre prioridades sociais, imposta pelo regime militar, criou condições para que se gestasse em todo o país o pensamento e a prática das "grandes obras modernizantes".

As obras do período eram apoiadas idealisticamente sobre a ótica da integração nacional dos chamados PDDIs, "Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado", que foram instalados por todo o país, sem uma preocupação objetiva com a problemática social e com os valores culturais de cada região.

A aplicação dos planos urbanísticos elaborados respondiam em grande parte ao projeto das elites. Depois da abertura política quando o regimento interno da Constituinte abriu a possibilidade de participação popular, em março de 1987, diversas entidades organizadas da sociedade civil, encaminharam uma emenda sobre reforma urbana. Na oportunidade, foram coletadas 12 milhões de assinaturas e encaminhadas à Constituinte Federal. Silva⁵⁸, afirma que os planos urbanísticos até então elaborados,

⁵⁷ Ver REZENDE, Vera. Planejamento Urbano e Ideologia...

inclusive os PDDIs "respondiam aos interesses burgueses das classes dominantes na instituição da sociedade do trabalho."

As decisões dos "planos de desenvolvimento" eram estritamente centralizadas e acompanhadas pelo Governo Federal e suas atividades apontavam basicamente para o redimensionamento do campo político e econômico. Contudo, algumas ações governamentais extrapolavam os limites da economia e da política, influenciando significativamente a organização urbana das grandes cidades brasileiras.

As leis de mercado, a especulação imobiliária e o monopólio dos imóveis, influenciaram a tal ponto ocupação do solo urbano, que determinaram o avanço em larga escala da verticalização das construções (edifícios de arquitetura modernista) e da acentuada periferização dos desprivilegiados pelo sistema econômico.

A essência das políticas públicas desenvolvidas pelos militares teve conseqüências estruturais definitivas em nível urbano, na medida em que determinaram uma migração no sentido rural-urbana; o desenvolvimento da lógica comercial dos espaços físicos; o acirramento da disputa da terra, tanto no campo quanto na cidade e pela confirmação do avanço progressivo da periferização do proletariado urbano e dos despossuídos pelo sistema socio-econômico. Esse processo foi determinante para sedimentar a permanência da elevada monopolização e concentração da propriedade individual da terra urbana e rural.

O centro urbano transformou-se, gradativamente, no lugar comum das classes médias e abastadas. As camadas mais carentes da população foram conduzidas anarquicamente às periferias, comumente favelizadas. No campo, a estrutura dos

latifúndios, além de ser perniciososa e segregacionista à lógica minifundiária (leia-se, trabalhador camponês e pequeno proprietário rural), influenciou a ocorrência do êxodo rural.

No contexto de definição estrutural do poder do capital, as manifestações das elites, majoritariamente, apontavam para a preocupação de garantir a sua melhor comodidade, apoiando-se, incondicionalmente nas medidas militares "revolucionárias" de privilégio de monopólios e grupos multinacionais, em detrimento dos sintomáticos desajustes sociais, revelando com isso, extrema conveniência classista.

O interesse das elites, num sentido mais amplo, era procurar ovacionar o poder através dos grandes projetos e obras⁵⁹, para que estas servissem como suporte político para sua permanência no poder. Procurava-se, através de alguns benefícios sociais, assegurar a estabilidade política ao Estado e seus governantes.

Na efervescência das metas a serem cumpridas pelos militares estava a adoção de políticas públicas setorizadas em cada Estado da Federação. Neste sentido, em Santa Catarina, o Aterro da Baía Sul situava-se enquanto parte de uma proposta de âmbito nacional.

Florianópolis, foi um exemplo concreto da profunda reorientação urbana, principalmente de sua área central. As alterações em relação ao estilo de arquitetura

⁵⁹ Ver SAUTCHUK, J. Uma saída para a Amazônia. (Revista). 1990. Em suas considerações sobre a Amazônia o autor destaca que "o modelo dos grandes projetos, além da paranóia militar, promoveu fracassos antológicos". Naquela região foram desenvolvidos os seguintes projetos: Jari; Calha Norte (militar); Proffão - Calha Sul (militar); Grande Carajás; Estrada de Ferro Norte-Sul e Projeto Jica

histórica e tradicional do tipo açoriana/madeirense, que foram influenciadas pela herança portuguesa em sua colonização, começaram a surgir em virtude do ascenso da era modernizante dos anos 60/70.

(Cerrados do Centro-Oeste). O autor ainda aponta que "a falta de planejamento é evidente. Um projeto se sobrepõe ao outro e consome o dinheiro público com a maior facilidade".

4 - IMPASSES NA IMPLANTAÇÃO DO ATERRO

Neste capítulo veremos em que medida a proposta de venda e o respectivo tombamento influenciaram na definição do espaço físico do Aterro da Baía Sul, principalmente no que se refere à questão do lazer.

A sociedade civil, silenciosa diante da definição das políticas públicas pelo Estado, o fez, também, com a construção do Aterro. As contestações políticas só tiveram repercussão social quando a Assembléia Legislativa, através do decreto-lei Nº 5.013 de 02/07/74, por ordem do Governador do Estado de Santa Catarina Colombo Machado Salles, autorizou a venda de 25% do espaço físico do aterro à iniciativa privada. Inicialmente, a idéia de venda do aterro representou uma atitude isolada do poder executivo estadual, recebendo, mais tarde, o apoio irrestrito dos parlamentares governistas na Assembléia Legislativa.

As contestações ao processo de venda do Aterro situavam-se em maior grau no interior da Câmara Municipal de Florianópolis e em menor grau no grupo oposicionista ao Governo na Assembléia Legislativa, representado pelo MDB. O empresariado, interessado na compra de parte da área aterrada, procurou influenciar decisivamente no futuro processo de ocupação do seu espaço físico, visualizando-o como um excelente local para ampliação dos seus negócios financeiros.

Como a correlação de forças era favorável à postura de venda do aterro, em meados de 1974 estava praticamente consolidada a proposta. Entretanto, apenas a

aprovação da lei que tratou de vender parte do seu espaço físico não foi suficiente para concretizá-la. Em certa medida, as discordâncias políticas que surgiram entre os poderes municipal, representado pela Câmara e estadual representado pelo Governador teve grande influência na morosidade da tramitação do projeto na Câmara de Florianópolis. Com a troca do Governador do Estado (1975), Antônio Carlos Konder Reis procurou neutralizar os conflitos entre os poderes constituídos, suspendendo a proposta de venda.

4. 1 As Decisões Políticas

Na sociedade florianopolitana as opiniões sobre a construção do Aterro da Baía Sul possuíam variações. O arquiteto Moysés Lins⁶⁰ posicionou-se contrariamente ao projeto de ocupação do centro urbano de Florianópolis por duvidar da viabilidade da obra.

Um outro arquiteto, Valmy Bittencourt⁶¹, era favorável à sua construção, mas alertava para o perigo da especulação do espaço físico, porque naquele período existia

⁶⁰ O descrédito do Arquiteto Moysés Lins baseava-se na viabilidade em se construir uma nova área central em Florianópolis, em entrevista ao "Jornal O Estado" (15/09/73 p.12) ele afirma que "na nova obra (aterro) teremos um centro com os setores cívicos, administrativo, cultural e de lazer. (...) até que ponto o novo centro polarizará a cidade?"

⁶¹ Na sua opinião, publicada no "Jornal O Estado" (15/09/73 - p.12) o aterro permitiria "viabilizar o desafogo e concentração do atual centro da cidade com reflexos muito importantes na organização comercial e na vida do Florianopolitano, que será o maior beneficiado. (...) se não forem cumpridas as

uma grande preocupação de diversos setores da sociedade civil, principalmente dos arquitetos, com as conseqüências da especulação do espaço físico da capital.

A debilidade de uma visão política que atendesse às necessidades urbanísticas para a cidade afetava indistintamente os dirigentes governamentais, colocando-os numa posição confrontante com as propostas de urbanização, existentes no Plano Diretor de 1952, ou de total neutralidade diante da questão. O prefeito de Florianópolis Ary Oliveira⁶², por exemplo, ao ser questionado sobre o problema da urbanização do Aterro da Baía Sul, em março de 1973, descomprometeu-se categoricamente.

A relação administrativa do Aterro da Baía Sul, no momento de sua construção, estava ao encargo da Secretaria de Transportes e Obras e sob responsabilidade técnica do Departamento de Estradas de Rodagem. Os objetivos estratégicos desta secretaria eram de integração estadual através do fortalecimento da estrutura viária, para que houvesse uma aceleração no desenvolvimento das economias regionais.

diretrizes urbanísticas fornecidas pelos técnicos, poderá ocorrer o perigo de especulação imobiliária." afirmou explicitamente na imprensa*

⁶² Em resposta ao questionamento da imprensa (Jornal O Estado - 23/03/73 p.12) afirmou que "a obra por ser do Estado, a urbanização também cabe a ele." Entretanto nas suas argumentações cotidianas o prefeito de forma pouco discreta mencionava que o aterro era considerada a principal obra de sua gestão, o que permitiria, no seu entendimento, que ali fosse criado o "Centro Metropolitano", creditando, por sua vez, ao governo do estado, a responsabilidade pela tarefa de urbanização.

O relatório elaborado pelo governador Colombo Machado Salles⁶³ e proferido como "Mensagem à Assembléia Legislativa", na sessão do dia 17 de abril de 1973, revela que havia, até então, debilidades no estudo de projetos neste setor:

"A execução de obras rodoviárias em condições adequadas de traçado exige a realização dos estudos de viabilidade técnico-econômica que justifiquem e dimensionem os investimentos e sua repercussão. A falta de tais estudos - que se fazia altamente acentuada em Santa Catarina - foi uma das causas do retardamento do Estado no setor e exigiu da atual Administração consignação de prioridade."

Diante desta avaliação, surge uma nova interrogação: em que medida a debilidade e em muitos casos ausência de estudos teóricos/técnicos aprofundados na secretaria influenciaram para frustrar as expectativas quanto ao cumprimento dos objetivos do Aterro?

O processo de venda do Aterro simbolizou o pensamento dos governantes em obter dividendos com a obra. As pressões de discordância da venda do Aterro foram verificadas principalmente na Câmara Municipal de Florianópolis. Mesmo que a intervenção política no processo tenha sido pouco articulada com a sociedade, porque o momento impedia tal atitude, políticos governistas como foi o caso do vereador Caruso⁶⁴ se colocaram contrários à proposta, influenciando que o governo estadual

⁶³ SALLES, C. M. Mensagem à Assembléia Legislativa - "Projeto Catarinense de Desenvolvimento." 1973.

⁶⁴ Waldemar Filho (Caruso) utilizou da palavra na solenidade realizada para apresentação do Projeto do Aterro da Baía Sul no Palácio do Governo para dizer que "A comercialização dessa área será o enterro do aterro da antiga Desterro".

recuasse diante da política de venda de 25% do espaço físico do aterro, revogando a lei de alienação deste espaço físico.

A venda de parte do aterro seria feita à iniciativa privada, que desde o início do projeto esteve atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Por certo, as elites, desde o princípio, o tinham como instrumento de locupletação de seus interesses, com significativa contribuição do Estado.

No lugar da lei⁶⁵ que previa a venda do aterro, foi aprovada outra⁶⁶, na gestão do governador Antônio Carlos Konder Reis, que explicita que o aterro passaria a abrigar, a partir daquela data, somente equipamentos em favor da cultura, do esporte, da recreação e do lazer para os florianopolitanos.

Com a vigência da nova lei, que tombou o aterro hidráulico da Baía Sul, restava somente a definição das políticas públicas, no sentido de adequá-lo estruturalmente às condições materiais necessárias e dinamizá-lo politicamente nesta perspectiva.

O fato de ter sido tombado aquele gigantesco espaço físico não foi o suficiente para dar uma nova dinâmica ao aterro. O projeto de urbanização foi abandonado. Restaria pelos órgãos governamentais a adoção de política públicas que pudessem orientá-lo numa perspectiva para o convívio social e em obediência com o projeto paisagístico supracitado.

⁶⁵ LEI 5.013 de 25 de Junho de 1974, QUE TRATA DA VENDA DO ATERRO. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

⁶⁶ LEI 5.483 de 09/10/78, QUE REVOGA A LEI 5.013. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O não aproveitamento do potencial físico do Aterro da Baía Sul residiu, fundamentalmente, na falta de visão política das elites governamentais, restando com isso a possibilidade de promoção social e pública do lazer como uma ocupação do tempo livre para quem trabalha ou não. Essa visão governamental era pautada em pressupostos de modernização e desenvolvimento. As aspirações excludentes à lógica do lucro, como é o caso do lazer encontrou sérios entraves políticos para sua efetivação.

4.2 A Venda

Depois de dezenove meses de trabalho, 26/06/72 a 24/01/74, feito pela Draga Sergipe, que sugava um volume de 8 metros cúbicos de areia por minuto, vindos de um banco de areia de Ipitinga, da Baía do Saco dos Limões, estava concluído o aterro hidráulico da Baía Sul.

Aquela gigantesca área inicialmente prevista para 400.000 metros quadrados (correspondente a área A) acoplados ao centro da cidade de Florianópolis, mas que se transformou em 600.000 m², não deixava dúvidas aos seus habitantes de que era um dos símbolos mais presentes do progresso e do desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis.

Atentos à obra, empresários de diversas áreas de atividade, diante da percepção de que ela poderia satisfazer os seus interesses comerciais, passaram a negociar junto

ao governador Colombo Salles uma garantia para que fosse ocupada, também, com instalações comerciais, definidas pelos mesmos. Em outras palavras, parcelas do terreno seriam compradas do governo, ficando a critério de cada empresário estabelecer a construção do que melhor lhe conviesse.

Neste sentido, o Governador Colombo Salles atendendo ao interesse dos empresários requereu, em dezembro de 1972, a transferência do domínio útil da área do aterro junto à Presidência da República, para que pudesse ser vendida parte do seu espaço físico.

O Aterro hidráulico, representando o avanço da terra ao mar, constituía patrimônio da União, por ser área da Marinha⁶⁷.

Em 21/12/72, o BESC-Turismo revelou à sociedade florianopolitana, via imprensa, que ricos acionistas com majestosos planos encaminharam consultas e propostas para aquisição de alguns lotes no Aterro.

O BESC-Turismo, em 31/08/73, anunciou, através do Sr. Ciro Gevaerd⁶⁸, diretor encarregado do assunto da venda de uma parcela do aterro, que já estavam catalogados 60 (sessenta) empresários e que estes manifestavam interesse na aquisição de lotes no aterro.

Enquanto tramitava em Brasília o pedido de liberação para a venda, o grupo empresarial organizado pelo BESC-Turismo, com o apoio do governador Colombo

⁶⁷ Em termos jurídicos, 33 metros distantes da orla marítima são consideradas áreas da Marinha (Forças armadas), por este motivo constituem-se patrimônio da União.

Salles, movimentava-se politicamente para conquistar o apoio da comunidade florianopolitana e de órgãos federais para a aprovação do pedido de transferência dos acrescidos da Marinha.

Embora estivéssemos vivendo um período de grandes limitações dos direitos humanos, políticos e sociais, em razão do golpe militar, repercutiu a opinião de poucos segmentos da sociedade que apresentavam suas opiniões, como por exemplo, a imprensa. A problemática de ocupação do Aterro era, no caso, traduzida dentro da seguinte dicotomia: verde ou cinzento; lazer ou comercialização do Aterro da Baía Sul.

A Câmara Municipal de Florianópolis, sentindo a gravidade da atitude do Governo Estadual procurava polemizar sobre o assunto, denunciando através da imprensa, que estava sendo excluída do processo decisório.

Diante dos nítidos reflexos negativos provenientes das denúncias públicas feitas pelos vereadores de Florianópolis de restrições pelo Governo Estadual à presença de um representante da Câmara Municipal nas discussões, o Diretor Geral do DER/SC, Engenheiro Ernani Santa Rita, sentiu-se forçado politicamente a convocar para a reunião do dia 23/07/73, um representante oficial do município⁶⁹, para discutir o projeto de urbanização do Aterro da Baía Sul.

⁶⁸ Este diretor foi escolhido pelo governador Colombo Salles para que, através do BESC-Turismo, fosse feito o trabalho de legalização e comercialização da área aterrada.

⁶⁹ Como representante do Município foi encaminhado pela Câmara de Florianópolis o vereador Waldemar da Silva Filho, que em oportunidades anteriores havia se posicionado de forma contrária à comercialização de parte da área aterrada.

No embate político que se estabeleceu diante da polêmica da venda do aterro, um ardoroso defensor da proposta do governador era o arquiteto Gama d'Eça. Sua postura procurava teoricamente compatibilizar a proposta de venda e a implantação de áreas destinadas ao lazer⁷⁰.

Respalado pelo Decreto Lei nº 73.244, de 03/12/73, que autorizou a respectiva cessão ao Estado, de acordo com a autorização federal, o Governador Colombo Machado Salles encaminhou, no início de 1974, à Assembléia Legislativa uma proposta que seria transformada em Lei nº 5.013, de 25 de junho de 1974, dispondo sobre a utilização dos acrescidos da Marinha de parcial alienação do domínio útil.

Um dos motivos apresentados pelo Governo do Estado para o encaminhamento à Assembléia Legislativa da proposta de venda⁷¹ e acatada pela maioria de seus parlamentares, era que tal medida procurava equacionar o problema da falta de recursos, buscando junto à iniciativa privada uma maneira para contornar o problema dos gastos feitos com a obra.

Com a iniciativa surpreendente de se estabelecer o processo de alienação (cessão de bens) de parte significativa do espaço físico do aterro, introduzia-se

⁷⁰ Em entrevista ao "Jornal O Estado" de 20/07/73 p. 08, o arquiteto declarou que "junto do projeto do aterro, que também comporta lazer, foi incluída a construção de uma "via expressa" que ligará a BR 101 com a dispensada a idéia de que o aterro pudesse abrigar equipamentos e espaços para o lazer "Por isso é incorreto programar o uso do local como se fosse o único e o último recurso para a instalação de uma área para o lazer do habitante da Capital."

⁷¹ A proposta de venda foi aprovada na Assembléia Legislativa Catarinense originando a Lei nº 5.013/74 constando que: "Parágrafo Único - Na elaboração do projeto geral de urbanização, ao ser

concomitantemente um outro problema de maior gravidade: a falta de perspectivas para a obra. Seus objetivos, dentro do foi exposto anteriormente, no capítulo III, procuravam apresentá-lo como um local que traria grandes benefícios sociais.

A proposta de venda foi neutralizada e mais tarde suspensa em decorrência das pressões políticas advindas de parlamentares e imprensa. Como o momento era inadequado para as disputas políticas, as elites dirigentes do Governo do Estado de Santa Catarina evitaram maiores conflitos de interesses, suspendendo a proposta.

Enquanto o Projeto de Urbanização tramitava na Câmara o arquiteto e urbanista Paulo Rocha chamava a atenção sobre a necessidade de sua urgente reformulação⁷².

Neste ínterim, fluía o debate sobre a ocupação do aterro na Câmara de Vereadores da capital, via Plano Diretor de Florianópolis de 1976, que trouxe novos elementos a serem observados sobre a urbanização do centro da cidade e em particular sobre a área aterrada⁷³.

programado o aproveitamento do espaço, cuidar-se-á de reservar uma área de até 25% (vinte e cinco por cento) dos acréscimos destinada à alienação."

⁷² "Na minha opinião deve haver um ato que impeça definitivamente a comercialização do aterro em qualquer época, o que só poderá ser feito desde que o projeto atualmente existente seja reformulado e passe a prever somente a implantação de áreas verdes e de lazer, com toda uma infra-estrutura cultural, social e cívica."

⁷³ O Plano Diretor de 1976 trata da seguinte forma o problema da área central de Florianópolis: "Art. 29 - O Centro Metropolitano é a área do Setor Metropolitano assinalado na planta P/F-SJ3, excluída a Zona Continental, e cuja ordenação espacial conferirá novas dimensões ao centro da Capital. §1º - A Zona Continental anteriormente abrangida pelo Centro Metropolitano fica classificada como Zona Residencial 2 (ZR2). §2º - As áreas acrescidas da marinha que formam o Setor ou Centro Metropolitano ficam destinadas à implantação de um Parque Metropolitano, ressalvados os usos públicos necessários."

Nesse sentido, o Plano Diretor de 1976 apontava para a necessidade de ocupação da área aterrada, exceto as áreas para utilização de instalações públicas, através de um "Parque Metropolitano". No entanto, não especificava como seria.

Com a posse do novo Governador, Antônio Carlos Konder Reis, o executivo estadual catarinense elegeu como meta, neste particular, a busca de uma solução para a polêmica sobre a ocupação dos acréscimos da Marinha.

4.3 A Saída Política

Cabe aqui considerar com maior profundidade o período compreendido entre 1974 à 1978, porque nele foi desenvolvida grande parte da política de ocupação do Aterro da Baía Sul.

Com a assinatura do decreto 73.244/73, de 03/12/73, pelo Governo Federal, que autorizou o Governo do Estado de Santa Catarina a comandar todo o processo de construção do Aterro da Baía Sul, este iniciava o gerenciamento da obra, tendo sob sua responsabilidade a construção e a implantação do Projeto de Urbanização.

Do ponto de vista econômico, a obra frustrou os interesses das elites, em especial os do governador de Santa Catarina da época, Eng^o. Colombo Machado Salles, que apostava na possibilidade de que parte do seu espaço físico fosse vendido.

Uma vez inviabilizada a venda do Aterro em função dos impasses políticos, já referidos, somada à atitude do Governador Konder Reis em aprovar a lei de tombamento da área aterrada, a perspectiva de obter retorno financeiro foi afastada.

Em termos políticos, há de se destacar que a construção do aterro favoreceu a construção de uma imagem "positiva" às elites dirigentes a tal ponto, que a construção da obra, serviu como base para argumentos ao Governo do Estado para pleitear recursos no exterior.

A postura política de venda, que por sinal não estava especificada na proposta inicial, pelo caráter aventureiro que adquiriu, pode ter sido um dos elementos motivadores no comprometimento tanto do plano de urbanização, quanto na efetivação do projeto paisagístico.

É preciso ressaltar que haveria necessidade de uma responsabilidade política do Governo Estadual em fazer um estudo sobre a viabilidade do projeto, bem como sobre a possibilidade concreta no cumprimento da proposta de urbanização e paisagística, porque elas antecedem a perspectiva de ocupação do espaço físico. Em termos gerais, o aterro foi ocupado parcialmente sem que tenha sido concluído totalmente.

Uma vez que o compromisso inadiável dos dirigentes do Governo do Estado, durante a construção do Aterro, deveria ser o de implantar a proposta definida no projeto de urbanização, surge uma outra questão ainda mais envolvente. Refere-se à eficácia da obra. Até que ponto, na área aterrada estava assegurada a perspectiva de que em seu espaço haveria condições objetivas para o desenvolvimento de atividades de lazer?

Teórica e tecnicamente, o Aterro da Baía Sul, contava com o total apoio dos mentores do "Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis", liderados pelo arquiteto Gama d'Eça e coordenado pelo Coronel Gilberto Meireles, que presidia a comissão encarregada da construção da Ponte (Colombo Salles) e do Aterro. Ressalta-se ainda, que o representante direto do Governo do Estado na obra era o DER.

Às críticas de descrédito sobre as obras do aterro, feitas de maneira fragmentária, como foi o caso do arquiteto Paulo Rocha⁷⁴, o arquiteto Gama d'Eça, um ardoroso defensor do projeto, respondia-as com vigor, afirmando que tais críticos pensavam apenas no presente e não no futuro de Florianópolis e região. Certamente acreditava-se que no futuro o local pudesse responder às demandas sociais, inclusive sobre o lazer.

Uma das primeiras contestações, em caráter oficial, à construção do Aterro partiu do Deputado Estadual opositor do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Waldir Buzatto. Suas críticas se dirigiam para o contrato firmado entre o Governo e a equipe que elaborou o projeto, tendo pedido a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), a fim de que fossem apurados os fatos relacionados com a construção da nova Ponte e do Aterro⁷⁵.

⁷⁴ O arquiteto Paulo Rocha (Jornal O Estado 18/09/73) disse que "sem a expansão da Praça XV em direção ao mar e o uso das áreas do aterro para o lazer, nada resta a fazer com o centro".

⁷⁵ Jornal "O Estado" de 22/03/73 p.03: "Inicialmente foi contratado com um consórcio de firmas a locação de serviços para fatura do projeto viário, o que custou aos cofres públicos a soma de Cr\$ 863.000,00. Esse projeto tecnicamente elaborado, foi aceito como sólido e bom por todos os departamentos técnicos, tanto do Plameg, na época, quanto do DER e DNER. No entanto,

Durante a denúncia o deputado opositor solicitou ao plenário explicações dos deputados governistas da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), das razões porque o Estado havia contratado com o mesmo consórcio de firmas dois projetos que no fundo eram iguais e cujos preços diferiam. As explicações sobre o contrato não foram apresentadas pelos deputados arenistas por afirmarem que desconheciam o assunto. A CPI não foi instalada sob a justificativa, apresentada pelos situacionistas, que tal instrumento político nunca tinha sido adotado naquele parlamento.

Uma das trincheiras mais fortes na resistência ao processo de venda do Aterro aos empresários foi a Câmara Municipal de Florianópolis, na pessoa particularmente, do Vereador arenista, Waldemar da Silva Filho (Caruso), movido por visão distinta do seu companheiro de sigla, o Governador catarinense, Este Vereador contestou duramente a possibilidade de venda que estava sendo apresentada pelo Executivo Estadual⁷⁶.

posteriormente, o Estado contratou com o mesmo consórcio de firmas e pessoas a feitura de um novo projeto, porém igual ao primeiro, sem nenhuma modificação. A única diferença estava no preço: o segundo custou Cr\$ 1.728.000,00."

⁷⁶ Em matéria publicada no Jornal O Estado (04/05/73 - p. 08) o vereador da Capital estranha a participação de órgãos financeiros e técnicos nos estudos preliminares de urbanização da área, sem que a Câmara Municipal de Florianópolis tenha sido notificada sobre o andamento dos trabalhos. Advertiu, ainda dizendo que os projetistas "pensam somente no lucro do empreendimento, sem refletir nos prejuízos que a comercialização insensata contrairá para a comunidade." Para alguns parlamentares da Câmara Municipal o aterro deveria ter uma utilização semelhante a do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro: áreas verdes e pistas de rolamento.

Tornou-se consenso no interior da Câmara Municipal de que o Aterro deveria desempenhar uma função social, contrariamente à idéia de que o local se transformasse num centro comercial⁷⁷.

Estava criado um grande problema sobre os rumos que o aterro poderia tomar. De um lado, o Governo do Estado, querendo vender parte da área ao empresariado local; do outro, a Câmara Municipal de Florianópolis, que procurava transformar o espaço físico do Aterro numa área harmoniosa, distribuindo-a com tráfego, espaços culturais e equipamentos para o desenvolvimento do lazer.

4.4 O Tombamento

O Governador Antonio Carlos Konder Reis, logo no início de sua gestão, foi enfático em afirmar que o processo de venda do Aterro contrariava a sua postura política. Ou seja, se dependesse da sua vontade, o aterro não seria comercializado. Em função desta visão promulgou o decreto nº 5.392 de 24/07/78, responsável pelo tombamento do Aterro.

O decreto de tombamento do Aterro afirmava no seu Art. 1º:

"Fica tombada a área do aterro hidráulico, na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, caracterizada com Área A, com aproximadamente 400.000

⁷⁷ Em matéria publicada no "Jornal O Estado" em 20/07/73 p. 08, consolidava-se a postura da Câmara sobre a questão "A Câmara Municipal entende que a área do aterro deve ser destinada ao trânsito e ao lazer. Só."

m².(quatrocento mil metros quadrados), localizada entre o Clube Veleiros da Ilha e a Ponte Hercílio Luz, visando a proteção e preservação da mesma, reservando-a como área verde, de paisagem e lazer. conforme projeto paisagístico elaborado pela firma BURLE MARX E CIA. LTDA., que faz parte integrante deste decreto." ⁷⁸

A função deste decreto era procurar conciliar os conflitos políticos existentes com a lei de venda. Em consequência, adveio a lei 5.483, de 09/10/78, que revogava a lei 5.013 de 02/07/74, a qual previa a alienação (venda) de parte do Aterro hidráulico da Baía Sul.

Por si só o tombamento não representava a solução para os problemas surgidos face a necessidade de ocupação do seu espaço físico.

A aplicação do decreto responsável pela medida, ao invés de representar uma saída para o problema, causou um novo: o abandono.

Estudos mais recentes que também possuem a preocupação de abordar o problema da utilização do aterro, apresenta-o como uma área obsoleta, enquadrando-o como um grande vazio urbano, como um espaço público ignorado pelos cidadãos em suas atividades cotidianas. Como constata Vaz⁷⁹:

"O aterro destruiu o convívio cotidiano com o mar junto à praça e às ruas do centro, antes com suas balustradas típicas e trapiches, afastando a paisagem da baía e das montanhas para longe. Introduziu-se no cotidiano da vida urbana, como um marco pretencioso da modernização, apagando os vestígios da fase portuária. A persistência desta lembrança na memória dos cidadãos, embora sutil, bloqueia a definição de uma destinação mais significativa e de um uso efetivo a este vazio urbano. Ficou, a nostalgia do mar próximo,

⁷⁸ Decreto No 5.392, de 24 de julho de 1978, obtido no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

⁷⁹ VAZ, N. P. A Formação do Centro Histórico de Florianópolis. 1991.

evidenciada claramente na tentativa de reconstruir o Miramar como edificação de significado simbólico e evocativo desse fato."

Embora a preocupação central do autor não seja com a problemática do lazer, suas observações críticas são consistentes na medida em que ressalta que o rompimento com o velho traçado urbanístico, não deu lugar a novas formas de convívio social.

5 - CONCLUSÃO

Com esta pesquisa percebemos que o Estado pode interferir na difusão do lazer em escala social. Ao estudarmos especificamente o caso do Aterro da Baía Sul em Florianópolis numa perspectiva de ocupação para o lazer, vimos que perpassou no meio dos dirigentes políticos, durante os 20 anos de existência da obra, uma visão meramente tecnocrática. Ou seja, longe do Estado assumir o gerenciamento do local, através da adoção de políticas públicas, promovendo e incentivando o desenvolvimento de determinadas atividades e políticas de lazer em escala social, sua presença teve limitações diante da implantação do Projeto de Urbanização, pois sua execução por etapas esteve condicionada à objetivos extremamente reduzidos.

Os objetivos do Aterro indicavam que o local poderia contribuir para a melhoria do tráfego; se constituir como espaço comercial; ser o centro político-administrativo do Estado de Santa Catarina, além de dinamizar significativamente as práticas de lazer em Florianópolis. Entretanto, apenas os dois primeiros objetivos foram encaminhados, conforme o projeto de urbanização, e ainda com debilidades.

Com a ausência de grande parte das 23 construções previstas, foi afastada a proposta do local se tornar um centro comercial. E mais, diante da falta de perspectiva que o local passou a apresentar com a paralisação das obras, a proposta para que o local pudesse abrigar instalações propícias ao desenvolvimento social do lazer foi inviabilizada.

O cumprimento dos objetivos do Aterro dependia fundamentalmente da vontade e responsabilidade política dos governantes. Haveria a necessidade de se fazer um estudo sobre a viabilidade da obra haveria, considerando os valores culturais da região e suas formas tradicionais de manifestação artística e recreativa, ou seja, hoje, além de ser um centro administrativo do Governo do Estado; um local para o fluxo de veículos, poderíamos ter um espaço atrativo para o desenvolvimento de diversas atividades artísticas, esportivas, culturais e de lazer para quem reside ou visita a cidade⁸⁰.

A concretização da proposta inicial dependeria, acima de tudo, de um esforço conjunto entre o Estado e a sociedade civil. O distanciamento entre ambos implicou na dissolução do projeto e de seus objetivos originais. A construção do Palácio do Governo; da Assembléia Legislativa; da Secretaria de Educação; do Palácio de Justiça e do Tribunal de Contas, antes de encontrarem amplitude social, atenderam as conveniências políticas dos próprios gestores do Estado.

Com base em alguns pressupostos e com o apoio de uma série de informações, vimos que o não cumprimento dos seus objetivos iniciais; o desenvolvimento do projeto de urbanização por etapas; a proposta de venda; o tombamento e o seu posterior abandono pelos governantes; foram alguns dos fatores que influenciaram para que o Aterro da Baía Sul em Florianópolis se transformasse num espaço vazio, obsoleto e subutilizado.

⁸⁰ As atividades de lazer em Florianópolis, em sua maioria, são influenciadas pelo calor do verão, momento em que chegam os turistas para desfrutarem com maior ou menor intensidade as 42 praias

Procuramos captar a impressão que o principal idealizador do Aterro possui sobre a obra. Em entrevista que nos foi concedida pelo ex-governador do Estado de Santa Catarina, Eng^o. Colombo Salles, perguntamos porque foi construído o Aterro da Baía Sul, quais os seus objetivos iniciais:

"Florianópolis foi uma cidade construída em direção ao mar. Hercílio Luz construiu a ponte. Todas as ruas convergem para o vértice da ponte. Assim, todo o planejamento se dirige para a ponte. O sistema viário e a ponte passaram a ficar comprometidos, pois 25.000 veículos atravessavam por dia. O objetivo básico do Aterro era: de distribuidor do Sistema Viário de Florianópolis; para servir de centro administrativo e comercial; para abrigar uma escola básica grande; para a construção de residência para pessoas de baixa renda que trabalhavam no centro e como um centro de lazer para Florianópolis." ⁸¹

Perguntado sobre os principais obstáculos na implantação do projeto, em termos técnicos, econômicos e políticos, o ex-governador respondeu:

"Não houve obstáculos em termos técnicos. Foram gastos 15 milhões de cruzeiros em 1974. Foi feito um empréstimo de 12 milhões de dólares com o Mittland Bank. Em termos políticos, houve problemas por causa da venda de 1/4 da área do Aterro. O Caruso queria que o Aterro fosse todo para lazer. Gostava muito dele, mas ele não conhecia nada do projeto."

Sobre as prioridades que foram desenvolvidas na implantação do Projeto de Urbanização do Aterro, Salles confirma que estavam situadas na instalação do "sistema viário, sede do Governo, etc". Esta afirmação reafirma o nosso ponto de vista de que a

existentes na Ilha, num período restrito entre os meses de dezembro à março. Nos outros meses, extra-temporada, são marcados pela falta de espaços e de uma política voltada ao desenvolvimento do lazer.

obra não ampliou seu objetivos ao conjunto da sociedade, mas esteve voltada aos interesses políticos da própria elite dirigente.

Perguntado sobre o que foi pensado em termos de lazer no Aterro, Salles ainda afirma: "quadras de esportes, áreas verdes, era a proposta que eu defendia. Pensei em fazer até um zoológico próximo a Ponte Hercílio Luz". Sobre o atual abandono do Aterro ele responde: "me causa uma profunda tristeza o abandono do Aterro, as garagens de ônibus, a passarela de samba. Eu saí do governo em 1975, não falo pelos que me sucederam", referindo-se aos ex-governadores Konder Reis, Bornhausen, Amin, Pedro Ivo e Kleinumbing, respectivamente. Como vimos as principais definições sobre a proposta de ocupação se deram principalmente em seu governo e de seu sucessor Konder Reis.

O rumo sugerido pelo ex-governador a ser dado para a sua ocupação é de competência do "novo Plano Diretor a ser apresentado para o Florianópolis. Não quero opinar a respeito."

Nas entrelinhas dessa entrevista percebemos que o ex-governador Colombo Salles procurou repassar a responsabilidade do abandono para seus sucessores. Muito embora, pelo que vimos, foi de sua responsabilidade a elaboração dos objetivos e condução inicial do processo de urbanização, tendo como prioridade de seu governo a solução do tráfego e a instalação da sede do Governo do Estado de Santa Catarina.

⁸¹ Entrevista concedida pelo ex-Governador de Santa Catarina, Eng^o Colombo Machado Salles, em 08/08/94.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. PUC-SP, 1989, Dissertação de Mestrado em História. 216p.
- AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos". Tese de doutoramento, PUC-SP. 1991. 408p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - Relatório 1992.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro - RJ, Zahar Editores, 1977. 379p.
- CAMARGO, Luis Otávio de Lima. O que é Lazer. São Paulo, Brasiliense, 1989. 100p.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas - SP, Editora Papyrus, 1984. 339p.
- CASTELLI, Geraldo. Turismo - Atividade Marcante do Século XX. Caxias do Sul - RS, EDUCS, 1990. 128p.
- CAVALCANTI, Kátia Brandão. Esporte para Todos - Um discurso Ideológico. SP, IBRASA, 1984. 116p.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo, Saraiva, 1992. 168p.
- D'EÇA, Luis Felipe Gama Lobo. Cidades: Inovar para Sobreviver. Florianópolis - SC, Núcleo de Estudos Catarinenses, Editora da UFSC, 1992, Volume 1. 96p.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo - SP, Perspectiva, 1976. 333p.

_____, Sociologia Empírica do Lazer. SP, Perspectiva, 1984. 249p.

_____, Teoria Sociológica da Decisão. São Paulo, SESC, 1980. 137p.

_____, Valores e Conteúdos Culturais do Lazer. SP, SESC, 1980. 179.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo, Perspectiva, 1989.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e Consumo Cultural da Elites. RBCS, 1988. pág. 107 - Rev. Nº 06. vol. 03.

FLORIANÓPOLIS. Lei Municipal nº 1.566 de 29/05/78.

HARVEY, David. A condição Pós-Moderna. SP, Loyola, 1992.

KUNZ, Elenor. Educação Física - Ensino e Mudanças. RS, UNIJUÍ, 1991. 207p.

LAVRATTI, A.C. "Lazer entregue ao ócio." Diário Catarinense. (16/05/93 Revista DC)

MACHIAVELLI, Niccolò Di Bernardo Dei, O Príncipe. (tradução Roberto Grassi) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985. 158p.

MARCELINO, Néelson Carvalho. Lazer e humanização. Campinas - SP, Papyrus, 1983. 83p.

MARCUSE, Hebert. A Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p.15. 138p.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. p.123. 386p.

ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira - Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo - SP, Brasiliense, 1988. 224p.

PAIVA-RIBEIRO-GRAEFF,. Plano Diretor de Florianópolis. 1952. mimeografado. 78p.

PARKER, Stanley. A Sociologia do Lazer. RJ, Zahar, 1978. 184p.

PERBONI, Jurací. "Falta de Opções Restringe Lazer." Diário Catarinense. (05/05/1994 - p.30)

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1985. 307p.

REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo - SP, Brasiliense, 1977. 111p.

REZENDE, Vera. Planejamento Urbano e Ideologia. SP, Civilização Brasileira, 1982. 126p.

ROLIN, Liz Cintra. Educação e Lazer - A Aprendizagem Permanente. São Paulo SP, Editora Ática, 1989. 118p.

SAAD, Eduardo Gabriel . CLT Comentada. 27ª Edição, São Paulo, 1993.

SALLES, Colombo Machado. "Aterro da Baía Sul / Prós e Contras." Florianópolis 266 anos. Exposto na palestra realizada pela FEESC-CTC-UFSC. Março de 1992, mimeografado. 14p.

SALLES, Colombo Machado. *Mensagem à Assembléia Legislativa* - "Projeto Catarinense de Desenvolvimento", março de 1971. Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SALLES, Colombo Machado. *Mensagem à Assembléia Legislativa* - "Projeto Catarinense de Desenvolvimento", 17/04/73. Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SAUTCHUK, Jaime. Artigo: "Uma saída para a Amazônia". Revista "Ciência & Movimento", setembro de 1990.

SILVA, Ana Amélia da. Artigo: "Reforma Urbana e o Direito à Cidade." São Paulo. Pólis, 1991, Nº01.

THOMÉ, José Lauro. Hidrelétrica de Balbina: Um Fato Consumado. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - UFSC. 1993. 189p.

VAZ, Nelson Popini. A Formação do Centro Histórico de Florianópolis. 1991 p.70

YURGEL, Marlene. Urbanismo e Lazer. São Paulo - SP, Nobel, 1983.

ZALUAR, Alba. Artigo: "O Esporte na Educação e na Política Pública." Coleção: Educação & Sociedade - 38, abril /91. SP, Papirus, 1991.

ANEXO 1: CRONOGRAMA DO ATERRO DA BAÍA SUL.

Data	Acontecimento	Autoria
1952	Plano Diretor de Florianópolis, a pedido do Prefeito Paulo Fontes.	PAIVA- RIBEIRO - GRAEFF
1967	Pedido ao Governo Federal para a realização do Aterro da Baía Sul.	Prefeito Acácio Garibaldi S. Thiago
1971 (16/09)	Contratação do Escritório Técnico J. C. Figueiredo-Ferráz para a elaboração do Projeto de Engenharia Final.	Governo do Estado de Santa Catarina
1972	O município de Florianópolis desistiu dos direitos de preferência dos Acrecidos da Marinha (Aterro)	Prefeito Cel. Ary Oliveira
1972 (24/07)	Foi assinado o contrato de construção da Ponte Colombo Salles, com 3 pistas cada lado, estilo de ponte dupla. (PJ 018/72)	DER-SC e a Firma Norberto Odebrecht S.A.
1973 (01/03)	Modificado o contrato de construção da Ponte, beneficiando a Firma Norberto Odebrecht e prejudicando os catarinenses	Elizeu Rezende
1973 (31/08)	O BESC-Turismo revela que 60 empresários, interessados na compra do Aterro da Baía Sul haviam sido catalogados.	Ciro Gevaerd, em declaração à imprensa.
1973 (13/12)	Decreto 73.244/73, autorizou o Governo do Estado de Santa Catarina a fazer o Aterro.	Governo Federal
1974 (24/01)	Término dos serviços do Aterro hidráulico da Baía Sul, realizado pela Draga Sergipe	Companhia Brasileira de Dragagem
1974 (02/07)	Lei 5.015 autorizou o Governo do Estado a vender 25% da área do Aterro.	Colombo Salles com o aval da Assembléia Legislativa.
1976	Plano Diretor, ainda em vigor.	ESPLAN
1978	Decreto 5.392 responsável pelo tombamento do Aterro da Baía Sul.	Governador do Estado de Santa Catarina, Antônio C. Konder Reis.
1978	Revogação da Lei de Venda do Aterro (5.013) através da Lei 5.483.	Assembléia Legislativa de SC.
1993	Transferência do Aterro do Governo do Estado para a Prefeitura Municipal de Florianópolis.	DER-SC
1994	Discussão do Novo Plano Diretor para Florianópolis.	Câmara de Vereadores de Florianópolis e Sociedade.

ANEXO 2

DECRETO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO ATERRO.

DECRETO Nº 73.244 — de 3 de
DEZEMBRO DE 1973

Autoriza o aterro pelo Estado de Santa Catarina, de áreas de mar situadas ao longo da Ilha de Santa Catarina e em faixa fronteiriça ao continente, e a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 178, de 16 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1.º É autorizado o Estado de Santa Catarina a realizar aterros em áreas de mar fronteiriças à atual orla marítima da Ilha de Santa Catarina e ao continente, nas Bacias Norte e Sul, no referido Estado, assim definidas, Área A, com aproximadamente 400.000m², localizada entre os terrenos do Club Veleiros da Ilha e do Estaleiro Arataca, junto à ponte Hercílio Luz; Área B, com aproximadamente 180.000m², localizada entre a ponte da Palhocinha, no Bairro de Coqueiros, e a Agência M. Bastos, nas proximidades da Ponte Herrillo Luz; Área C, com aproximadamente 53.000m², localizada em frente à Praia do Matadouro, entre a cabeceira da Ponte Hercílio Luz e o prolongamento da Rua Santos Saraiva; e Área D, com aproximadamente 20.000m², localizada entre a cabeceira da Ponte Herrillo Luz e o início da Avenida Rubens Arruda Ramos, conforme elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 4.304, de 1973.

Art. 2.º As obras de aterro a que se refere o artigo anterior se destinam à execução, pelo Estado de Santa Catarina, no prazo de cinco (5) anos, de projeto urbanístico que inclui a construção da nova ponte Continente-Ilha de Santa Catarina e de edifícios públicos.

Art. 3.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina, sob o regime de aforamento, observadas as formalidades do art. 100 do Decreto-lei 9.760, de 5 de setembro de 1946, os terrenos formados em decorrência dos aterros autorizados no art. 1.º, independentemente do pagamento do valor do domínio útil.

§ 1.º Da área objeto de cessão serão excluídos os terrenos de interesse imediato da União, para instalação de seus serviços.

§ 2.º O cessionário se obrigará a restituir, sempre que necessário, a juízo da cedente, terrenos contidos na área objeto de cessão, para instalação de serviços federais, sem qualquer ônus para a União.

Art. 4.º O cessionário poderá alienar o domínio útil de parte dos terrenos cedidos, para aplicação dos recursos em finalidades vinculadas ao projeto, e ficará isento do pagamento do foro, enquanto a área lhe estiver aforada, bem como de laudêmio nas transferências que vier a realizar.

Art. 5.º Caberá ao Estado de Santa Catarina a responsabilidade por danos causados pelas obras de aterro e por quaisquer indenizações que eventualmente venham a ser devidas a terceiros, relativamente à área cedida, bem como pelos demais ônus do empreendimento autorizado.

Art. 6.º A cessão se tornará nula, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao terreno, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula do contrato a ser lavrado em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 7.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1973;
182.º da Independência e 85.º da República.

Estelino G. Monteiro

Adalberto de Barros Nunes

João Flávio Pécora

12398 - Terça-feira 4 - DIÁRIO OFICIAL (Seção I - Parte I) - Dezembro de 1973

ANEXO 3: TERMO ADITIVO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PONTE

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL

CLAUSULA DECIMA-QUARTA

Assistência das Obras

Comunicação das Obras - O Contratado notificará o C. M. solicitando exame e emissão de parecer para sua execução...

CLAUSULA SEGUNDA

Validade

O presente aditamento após aprovado pelo Conselho Rodoviário do Estado deverá ainda ser examinado e registrado pelo Tribunal de Contas do Estado para que prosuma seus jurídicos e legais efeitos...

CLAUSULA PRIMEIRA

Objeto do Contrato

O presente Contrato tem por objeto a execução pela Contratada dos serviços das obras de construção de uma ponte com quatro pilares, em estrutura de concreto protendido para a nova ligação...

CLAUSULA SEGUNDA

Natureza dos serviços

Os serviços a serem executados e cuja definição está dada nas Especificações Técnicas são constantes da planilha oficial de orçamento que integra a proposta apresentada...

CLAUSULA QUINTA

Preços dos serviços

Os preços unitários dos serviços fazem parte da proposta apresentada e aprovada, conforme consta do processo protocolado...

CLAUSULA SETIMA

Reajustamento

Os preços unitários e demais constantes da proposta integrantes do processo protocolado no DER-SC, sob o nº 001456, de 21 de fevereiro de 1973, bem como novos preços de serviços não previstos...

CLAUSULA OITAVA

Valor da obra

O valor da obra é o valor constante na proposta apresentada, acrescido de 10% (dez por cento) de contingência...

CLAUSULA NONA

Prazo

O presente Contrato será executado dentro dos prazos constantes da planilha de preços unitários que integra a proposta apresentada...

CLAUSULA DECIMA

Forma

Este contrato foi aprovado em 21 de fevereiro de 1973 pelo Conselho Rodoviário do Estado e expedida a primeira ordem de serviço devendo a Contratada dar início aos trabalhos dentro de cinco dias da data de registro deste Contrato pelo Tribunal de Contas do Estado...

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA

Nº 001456, de 21 de julho de 1973, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER-SC) e a firma Construtora Norberto Odebrecht S.A. para a construção de uma ponte...

PREAMBULO

O Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, por meio do Sr. Engenheiro Cristiano Abreu Santa Rita, Diretor de Engenharia, e o Sr. Engenheiro Gilberto Metralles de Miranda, Diretor de Engenharia, aprovaram o presente aditamento...

TERMO ADITAMENTO

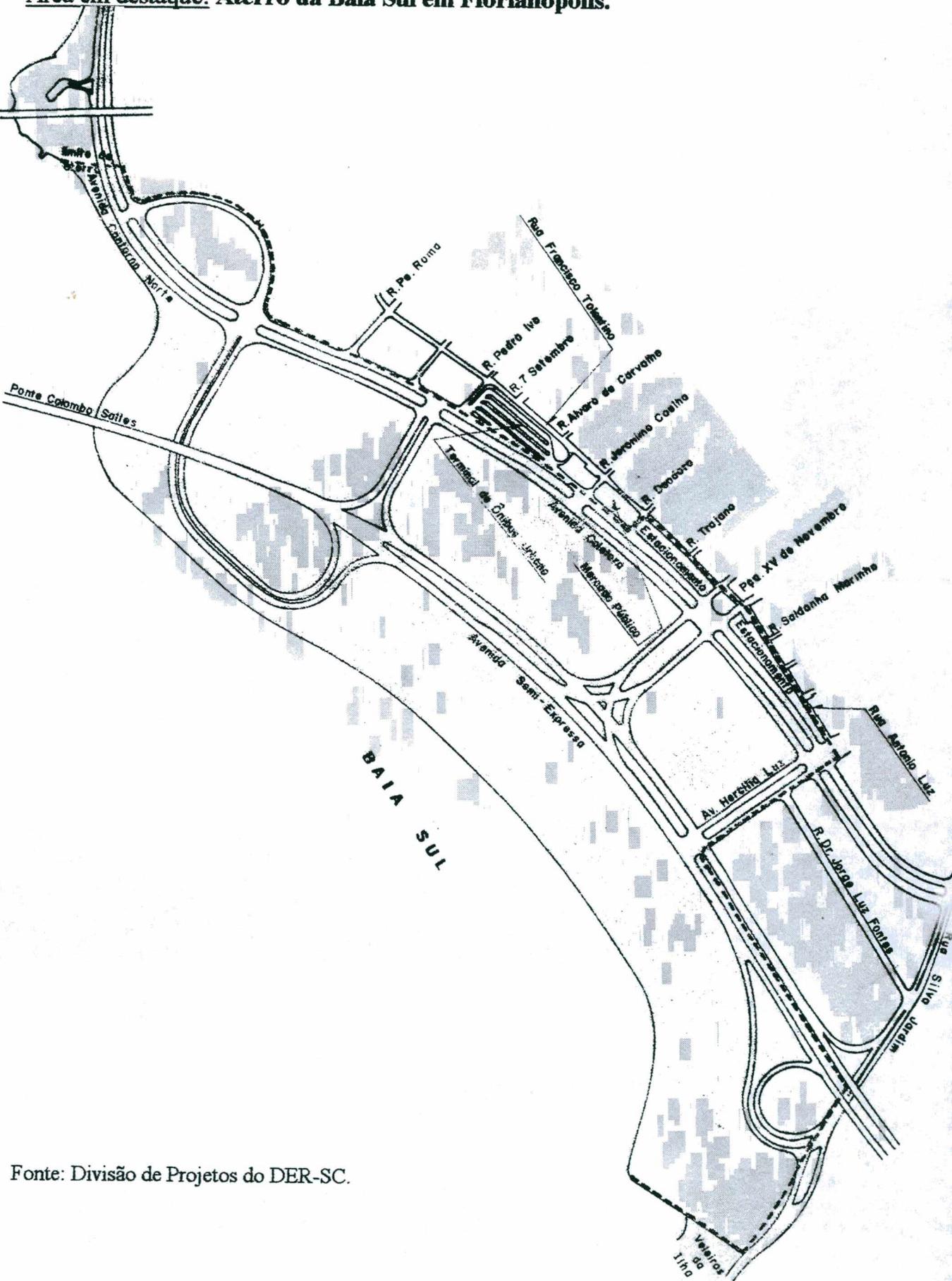
O presente Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 001456, de 21 de julho de 1973, protocolado no DER-SC, sob o nº 001456, de 21 de fevereiro de 1973, tem por objeto a construção de uma ponte...

CLAUSULA PRIMEIRA

A presente aditamento, de acordo com a cláusula Quinta, décima, décima-segunda e décima-terceira do Contrato nº 001456, de 21 de julho de 1973, passa em vigor...

ANEXO 4: PROJETO DE URBANIZAÇÃO

Área em destaque: Aterro da Baía Sul em Florianópolis.



Fonte: Divisão de Projetos do DER-SC.

ANEXO 6: LEI ESTADUAL QUE TRATA DA VENDA DO ATERRO



LEI NR 5 813 de 25 de Junho de 19 74

Dispõe sobre a utilização de
acrescidos de marinha, a parci-
al alienação do domínio útil e dá
outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina faz
saber que aprovou e decretou a seguinte Lei:

Art. 19 - A utilização dos acrescidos de marinha decorren-
tes dos aterros nas áreas de mar fronteiras à atual orla maríti-
ma das baías Norte e Sul da Ilha de Santa Catarina e Continen-
te, atendido o disposto no Decreto nº 73.244, de 03 de dezembro
de 1 973, que autorizou a respectiva cessão ao Estado, obedecerá
a projeto geral de urbanização aprovado pelas autoridades
competentes.

Parágrafo Único - Na elaboração do projeto geral de urba-
nização, ao ser programado o aproveitamento do espaço, cuidar-
se-á de reservar uma área de até 25% (vinte e cinco por cento)
dos acrescidos destinada à alienação.

Art. 29 - A alienação a que se refere o artigo anterior,
limitada ao domínio útil, será subordinada às seguintes regras:

I - o preço mínimo por metro quadrado será fixado por
Comissão de Avaliação designada pelo Governador do Estado;

II - é obrigatória a prévia oferta pública da área objeto
de alienação, por edital com o prazo de 45 (quarenta e cinco) di-
as;

III - as propostas de aquisição indicarão a área parcial
precisamente desejada, o preço oferecido, bem como o prazo recla-
mado para o efetivo aproveitamento, que não poderá ser superi-
or a 2 (dois) anos após ultimada a urbanização;

IV - se houver mais de uma proposta para a mesma área,
proceder-se-á à licitação entre os proponentes que concorda-
rem com o preço da melhor oferta, dando-se, afinal, preferência
àquele cuja proposta for mais vantajosa aos interesses da urbani-
zação da área;

V - a proposta se fará acompanhar :

a) de comprovante de depósito prévio, em dinheiro, de 20%
(vinte por cento) do preço oferecido;

b) de prova de capacidade financeira para a realização da

~~obra programada.~~

VI - as áreas para as quais não forem apresentadas propostas serão alienadas, independentemente de nova oferta pública, segundo a praxe comercial, respeitado o valor da avaliação;

VII - o aproveitamento das áreas adquiridas será feito segundo a destinação e a grandeza previstas no projeto geral de urbanização, atendidas as demais recomendações do edital e dos órgãos competentes;

VIII - as despesas relativas às obras de implantação e pavimentação do complexo viário de acesso às áreas alienadas, bem como as demais que se fizerem necessárias à utilização e habitabilidade das mesmas, correrão por conta do poder público, não onerando, a qualquer título, os respectivos adquirentes.

§ 1º - Durante o prazo do edital e projeto geral de urbanização ficará à disposição dos interessados, no horário comercial, em lugar especialmente designado.

§ 2º - O saldo do preço, subsequente à entrada inicial de 20% (vinte por cento), poderá ser pago a prazo de até 12 (doze) meses, à vista de contrato elaborado com as cautelas legais.

Art. 3º - As áreas destinadas à execução de obras de interesse social, inclusive de caráter religioso, serão doadas às respectivas entidades, assegurada a reversão em caso de não aproveitamento na forma e no prazo estabelecidos.

Art. 4º - A alienação poderá ser atribuída, por contrato, a empresa vinculada ao sistema financeiro estadual, incumbindo-lhe consequentemente a prática dos atos previstos nesta lei.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo o órgão delegado fará jus à remuneração que for fixada no contrato.

Art. 5º - O produto da alienação, descontadas as despesas, será aplicado em empreendimentos vinculados à construção do complexo viário previsto, na amortização das dívidas contraídas para esse fim e na execução do projeto geral de urbanização.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo as importâncias arrecadadas serão depositadas no Banco do Estado de Santa Catarina S/A, a crédito do Tesouro do Estado, em conta especial.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO ZARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de junho de 1974.


SECRETÁRIO


PRESIDENTE


SECRETÁRIO

ANEXO 7: LEI QUE REVOGA A LEI DE VENDA DO ATERRO

LEI NR 5 483 de 09 de outubro de 19 78

Revoga a Lei nº 5 013, de 02 de julho de 1 974, que "dispõe sobre a utilização de acrescidos de marinha, a parcial alienação do domínio útil e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina faz saber que aprovou e decretou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 5 013, de 02 de julho de 1 974.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de outubro de 1 978.



PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



2º SECRETÁRIO

ANEXO 8

DECRETO-LEI QUE TOMBA A ÁREA DO ATERRO DA BAÍA SUL.

DECRETO Nº 5392, de 24 de julho de 1978.

Tomba a área do aterro hidráulico na
Baía Sul de Ilha de Santa Catarina.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 93, itens I, III e XIX, da Constituição do Estado.

DECRETA :

Art. 1º - Fica tombada a área do aterro hidráulico, na Baía Sul de Ilha de Santa Catarina, caracterizada no Decreto nº 73.244, de 03 de dezembro de 1973, como Área A, com aproximadamente 400.000 m² (quatrocentos mil metros quadrados), localizada entre o Clube Veleiros de Ilha e a Ponte Hercílio Luz, visando a proteção e preservação de mesmo, reservando-a como área verde, de paisagem e lazer, conforme projeto paisagístico elaborado pela firma BURLE MARX & CIA.LTDA., que fez parte integrante deste decreto.

Parágrafo Único - A área a que se refere o artigo possui as seguintes confrontações: Tem início no Clube Veleiros de Ilha, onde inicia o aterro junto ao mar, segue pela Rua Silva Jardim, depois pela Avenida São Expedito até encontrar a Avenida Hercílio Luz, no sentido desta até encontrar a Rua Antonio Luz, em prosseguimento por esta até o Mercado Público, esquina da Rua Deodoro, no sentido desta até a Avenida Coletora, no sentido desta até encontrar a Avenida de Contorno Norte, por esta até o limite do aterro hidráulico, sendo que, nas imediações da antiga Fábrica de Celo, há um desvio, através de um acesso em forma de semi-anel que parte da Avenida Coletora e se reencontra com a mesma próximo ao encontro da Avenida de Contorno Norte e, do outro lado, em toda a extensão, entre o Clube Veleiros de Ilha e o limite do aterro hidráulico, próximo à Ponte Hercílio Luz, confronta com o mar, como representado na planta que é parte integrante deste decreto.

Art. 2º - É expressamente vedada a utilização da área referida no art. 1º para fim diverso ao nele especificado, não sendo permitida edificação de qualquer espécie, nem cessão da área a terceiros a qualquer título.

Parágrafo Único - Excluem-se da proibição contida no artigo, todas as construções que integram o projeto paisagístico elaborado pela firma BURLE MARX & CIA.LTDA., já executadas, e as existentes preservadas as construções da Estação Rodoviária e Coragem Náutica, e os direitos de cessão consequentes e referentes exclusivamente às construções previstas no referido projeto paisagístico.

Art. 3º - A Secretaria da Fazenda, através do Departamento do Patrimônio, promoverá as necessárias medidas de fiscalização no sentido do fiel cumprimento deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Feitos em Florianópolis, 24 de julho de 1978.

ANTÔNIO CARLOS KOSMERS REIS

Ilvan Oreste Bonato

Nicolau Fernando Mattara